

INSTITUTO VALE DO CRICARÉ  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

FABIULA DE CARVALHO BARRETO

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O  
PRODES-PK E SEUS IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR DE NARRATIVAS DE  
EGRESSOS

SÃO MATEUS

2019

FABIULA DE CARVALHO BARRETO

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O  
PRODES-PK E SEUS IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR DE NARRATIVAS DE  
EGRESSOS

Dissertação apresentada à Faculdade  
Vale do Cricaré para obtenção do título de  
Mestre em Ciência, Tecnologia e  
Educação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Luciana Telles de  
Moura

SÃO MATEUS

2019

FABIULA DE CARVALHO BARRETO

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O  
PRODES-PK E SEUS IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR DE NARRATIVAS DE  
EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

## RESUMO

CARVALHO, Fabíula Barreto. **Políticas de acesso ao ensino superior: uma análise sobre o PRODES-PK e seus impactos sociais a partir de narrativas de egressos**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior implementadas Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) e seus impactos na trajetória de egressos do programa. E específicos: Discutir as políticas públicas de acesso ao ensino superior a nível de Brasil; descrever a trajetórias de egressos do PRODES-PK a partir de narrativas de egressos no programa. Trata-se de um estudo descrito e exploratório de abordagem qualitativa. Almeja-se trazer potencialidades para o programa e contribuir para o seu melhor funcionamento. O Programa de Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) tem sido um mecanismo sociopolítico imperioso para qualificação profissional dos munícipes, possibilitando a igualdade social. Realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos e legislações sobre as políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. Em seguida foi realizado uma análise documental nas Legislações de regulamentam o PRODES e suas mudanças ao longo dos anos. Ainda foi realizada uma pesquisa de campo, foram entrevistados 25 egressos do programa, com um roteiro semiestruturado. Constatou-se que na visão dos sujeitos que participaram deste estudo o PRODES-PK trouxe impactos sociais para vida dos egressos, mudanças culturais para o Município de Presidente Kennedy, mostrando a importância do apoio familiar durante a graduação, as famílias que conseguiram sair da zona de risco social deixando de ser usuários do CRAS e CREAS não tendo mais necessidade de serem inseridas no PAIF e PAEFI. As narrativas apontaram como as desigualdades sociais limitam as oportunidades e os projetos de vida dos jovens pobres. Ainda se mostra necessário fomentação de políticas de desenvolvimento local na geração de emprego no município.

**Palavras-chave:** PRODES; Políticas Públicas; Ensino Superior; Qualificação Profissional; e Acesso à Educação.

## ABSTRACT

CARVALHO, Fabíula Barreto. **Higher Education Access Policies: An Analysis of PRODES-PK and its Social Impacts from Graduates' Narratives.** 2019. Dissertation (Professional Master in Science, Technology and Education)- Vale do Cricaré College, São Mateus, 2019.

The present work has as general objective to analyze the educational policies of incentive for higher education implemented in the Higher Education and Technical Development Program in the Municipality of Presidente Kennedy (PRODES-PK) and its impacts on the trajectory of the program's graduates. Specifics: Discuss public policies for access to higher education in Brazil; describe the trajectories of graduates of PRODES-PK from narratives of graduates in the program. It is a described and exploratory study with a qualitative approach. It aims to bring potential to the program and contribute to its better functioning. The Higher Education and Technical Program in the Municipality of Presidente Kennedy (PRODES-PK) has been an imperative socio-political mechanism for the professional qualification of residents, enabling social equality. A bibliographic review of articles and legislation on public policies on access to higher education in Brazil was carried out. Then, a documentary analysis was carried out in the laws regulating PRODES and its changes over the years. A field research was also carried out, 25 graduates of the program were interviewed, with a semi-structured script. It was found that in the view of the subjects who participated in this study, PRODES-PK brought social impacts to the lives of graduates, cultural changes for the Municipality of Presidente Kennedy, showing the importance of family support during graduation, the families who managed to leave the area of social risk, ceasing to be users of CRAS and CREAS, no longer needing to be included in PAIF and PAEFI. The narratives pointed out how social inequalities limit opportunities and life projects for poor young people. It is still necessary to promote local development policies to generate jobs in the municipality.

**Keywords:** PRODES; Public policy; University education; Professional qualification; and Access to Education

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha mãe Nely de Carvalho Barreto, por sempre acreditar em mim e por ter abdicado de sua vida em prol das realizações e da felicidade de suas duas filhas. Sempre se manteve ao meu lado me apoiando com todo amor, incentivo e compreensão. Nada disso teria sentido se você não existisse na minha vida. Mulher íntegra, de valor inestimável. Esse mestrado é dedicado a você.*

## AGRADECIMENTO

**Em primeiro lugar quero agradecer a DEUS**, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos. Obrigada por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor por mim, por nunca ter permitido que eu desistisse e principalmente por ter me dado uma família tão especial, enfim, obrigado por tudo. Te amo!

**Agradeço a minha mãe Nely de Carvalho Barreto** que é uma mulher exemplar, batalhadora e que sempre se preocupou em dá o melhor para minha irmã e eu, não mediu esforços para nos dá uma boa educação e nos incentivar a prosseguir nos estudos.

**Ao meu esposo Jadir Fernandes Pacheco** por ter me presenteado com os melhores tesouros da minha vida, meus filhos! E também por ter passado tantos momentos difíceis desta caminhada junto a mim.

**Aos meus filhos Fabricio Barreto Pacheco e Murilo Barreto Pacheco** Obrigada por serem meu presente diário, pelo lindo sorriso de vocês, sou imensamente feliz por vocês fazerem parte da minha vida. A existência dos dois é o reflexo mais perfeito da existência de Deus! Por todo amor incondicional que vocês sempre me deram.

**E à minha irmã querida Cristiane Barreto Pereira**, sempre pronta a me apoiar em tudo nesta vida. Obrigada por sempre está ao meu lado, em todos os momentos.

**A Prof.<sup>a</sup> Luciana Telles de Moura**, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigada por acreditar em mim, por nossas conversas e pelos incentivos. Tenho certeza que não chegaria à conclusão da minha dissertação sem o seu apoio. Você é uma pessoa extremamente humilde que direcionou meu trabalho com sensatez e sabedoria fazendo com que eu crescesse a cada dia buscando sempre fazer o melhor.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	12
<b>1.3.1 Objetivo Geral</b> .....	12
<b>1.3.2 Objetivos Específicos</b> .....	12
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	14
2.3 PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	21
2.4 DADOS SOBRE O ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL.....	30
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	33
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	33
3.2 LOCAL DO ESTUDO.....	34
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	35
3.4 COLETA DE DADOS.....	35
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	36
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	38
4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO PRODES-PK DESDE SUA IMPLANTAÇÃO.....	38
4.2 ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS EGRESSOS.....	41
<b>4.2.1 Impactos sociais da trajetória de egressos do PRODES-PK</b> .....	47
<b>4.2.2 Desafios em se inserir no mercado de trabalho</b> .....	53
<b>4.2.3 Avaliação do PRODES-PK na concepção dos egressos</b> .....	59
4.3 BLOG PARA A CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS E BOLSISTAS.....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
<b>APÊNDICES</b> .....	78
<b>ANEXOS</b> .....	Error! Indicador Não Definido .



## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea marcada pelo ritmo frenético de atualizações informacionais, e por um modelo de produção que dá ênfase ao capital e por uma rápida transformação do período técnico-científico, existe a necessidade de constantes estudos e pesquisas para o desenvolvimento sustentável de novas possibilidades. Desta maneira, devido a este processo que ocorre a séculos a educação possui um grande significado na vida do ser humano, e é através deste dispositivo que se torna possível transformar realidades sociais e subjetivas (HERNANDES, GOMES, RAINHA, 2018) e assim, a educação de nível superior surge como um produto rentável, com isso marcada pelas questões de classe social (MOROSINI, CORTE, 2018).

A se problematizar o acesso ao sistema de ensino superior, não há como passar despercebido pelo debate de sociedade e democracia, cujo ambos nos levam a refletir sobre os impactos da globalização. No que tange a universidade, Sobrinho (2005, p. 164) afirma que essa instituição não se encontra apartada, porém encontra-se “[...] dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interações. Nada em nosso tempo pode ser pensado sem que sejam levadas em conta as características atuais da globalização.”

O ingresso no ensino superior ainda é compreendido como uma passagem, um caminho para trilhar uma carreira de sucesso. Embora, as configurações sociais tenham mudado e outros desenhos e demandas tenham surgido frente modelo de produção capitalista. O ensino superior ainda ocupa seu lugar privilegiado dentro do mercado de trabalho, outrora era um privilégio apenas das classes dominantes, atualmente uma exigência cada vez mais presente no mundo globalizado (GOMES, et al, 2018).

Deste modo, observa-se que o mito da meritocracia se faz presente nas políticas de acesso ao ensino superior, ao dizer que um estudante não conseguiu ingressar na universidade pois não teve capacidade para isso, estamos negando múltiplos processos psicossociais, mas uma vez não enxergando o iceberg das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade, onde há mais submerso perto do que se pode ver (RAINHA, GOMES, HERNANDES, 2018). “Assiste-se, assim, a persistência das profundas e históricas desigualdades sociais, políticas e

econômicas que acabam por influir na dinâmica das relações de classe que se mantêm na história brasileira” (HERNANDES, 2017, p. 02).

Assim, a globalização é um fenômeno que tem atravessado todas as esferas da vida humana, das relações, dos afetos, as subjetividades, trabalho e educação, e para o autor a globalização está em todos os cantos do planeta, com manifestações multiculturais, influenciando novas configurações sociais, alterando e modificando, tal como expandindo conhecimento, produzindo mudanças nas ciências e no campo da tecnologia, e aumentando a complexibilidade das relações humanas (SOBRINHO, 2005)

Percebe-se que a globalização e exclusão social são fenômenos interligados entre si, ambos atingem grande massa populacional que afetam ao desenvolvimento e progresso social e como fenômeno mundial, se estende sobre todo o território brasileiro. Assim, a democracia e a cidadania, vem se configurando em uma intensa iminência à sociedade como um todo em suas trajetórias históricas de lutas por direitos. Cumpre ressaltar o contexto de profunda desigualdade no Brasil, observando que as desigualdades de rendas, adicionam-se às desigualdades sociais habituais, que se conectam a características de gênero, escolaridade, raça/etnia entre pessoas dos mesmos segmentos sociais. Deste modo, as segregações resultantes das configurações contemporâneas, delimitam os sujeitos que ingressam nos programas de assistência social de alta complexidade (HERNANDES, et al., 2017).

Diante disto, as variações da vida social advêm sobre a vida subjetiva dos indivíduos, ao cobrirem intensamente as relações sociais, porém não de forma mecânica e linear. Existe um complexo emaranhado de mediações sociais, econômicas e culturais que organizam as consequências para a saúde mental e para a subjetividade humana. A exclusão de um enorme contingente social de trabalhadores das condições dignas de trabalho, moradia, saúde e educação, têm corrompido, historicamente, a capacidade desses de se construírem como sujeitos emancipados, conscientes de suas condições de vida e de seus carecimentos (HERNANDES, et al, 2017).

O Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK), implantado no Município de Presidente Kennedy localizado no Sul do Estado do Espírito Santo, tem sido uma ferramenta

importante de qualificação profissional da população, visando combater e amenizar os impactos destrutivos das desigualdades sociais. O Programa já atendeu até 2019 cerca de 900 alunos com bolsas de estudo para cursos técnicos, superior de pós-graduação, mestrado e doutorado, com custeio integral do Município. O programa já formou 415 alunos desde 2013 nos mais diversos cursos, como Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Engenharias, Pedagogia, etc.

Até o ano de 2019 encontravam-se cadastradas 24 Faculdades/Universidades, de diversos municípios e estados, para que alunos pudessem pleitear vagas nos cursos que gostariam e nas instituições que optaram dentro do quadro das instituições credenciadas. Os pré-requisitos para ter acesso a bolsa de estudo consiste em comprovação de renda e residência fixa no município pelo prazo de oito anos consecutivos e renda per capita de no máximo três salários mínimos (PRODES, 2019).

O processo de reavaliação da manutenção das condições e requisitos legais de concessão das bolsas de estudo são realizadas mediante requerimento obrigatório acompanhado da documentação prevista no art. 4º nº 638, de 05 de maio de 2005, devidamente protocolado na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, este será enviado à Comissão do PRODES, que realizará o processo de avaliação para concessão da bolsa de estudos.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática se dá primeiramente por minha atuação como educadora neste município, em tempos cujo o ensino superior era um privilégio apenas das classes mais favorecidas economicamente, em um município cujo o índice de desenvolvimento humano era precário. Estimular um aluno sobre a importância de terminar seus estudos, era uma utopia para a maioria que não tinha perspectiva de vida futura. Com o PRODES-PK atualmente é possível nas salas de aula mostrar aos alunos que existem dispositivos sociais, meios de construir outras realidades, para além/aquém daquelas instituídas.

Desse modo, sob influência da experiência acima delimitada, emergiu-se a seguinte questão norteadora, para a realização desta pesquisa: Quais os impactos sociais do Programa de Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) na vida de egressos do Programa.

### 1.3 OBJETIVOS

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

A presente proposta de estudo tem como objetivo geral: Avaliar as políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior implementadas Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) e seus impactos na trajetória de egressos do programa.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos também estão previstos: Discutir as políticas públicas de acesso ao ensino superior a nível Brasil; descrever narrativas sobre a trajetória de egressos do PRODES-PK; produzir um blog no qual os alunos bolsistas possam contribuir para o desenvolvimento do município de Presidente Kennedy.

### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa, com jovens egressos do PRODES-PK, os dados serão coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura e pesquisa documental sobre as políticas e programas de acesso ao ensino superior a nível federal. Na segunda etapa em que foi realizada a pesquisa de campo e análise documental, um levantamento no banco de dados do programa par ver quantos alunos já concluíram cursos de graduação pelo município, então serão escolhidos aleatoriamente egressos que serão convidados a participarem deste estudo, podendo ser dez ou mais de acordo os critérios de saturação.

No Capítulo um realizou-se a introdução com apresentação do tema, no qual foram abordados inicialmente alguns conceitos que serão fundamentais e aprofundados na proposta de estudo

Deste modo no capítulo dois será apresentado o referencial teórico e realizada uma contextualização do conceito de políticas públicas, também será discutido como as expressões da questão social incidem sobre a vida da população sobretudo sobre o segmento jovem, no mesmo capítulo serão apresentados os programas de acesso ao ensino superior.

No capítulo 3 serão discutidos os apontamentos metodológicos para realização da proposta deste estudo e os procedimentos de coleta, análise e produção de dados, bem como os delineamentos éticos que serão adotados.

No Capítulo 4 serão apresentados os resultados e discussão e posteriormente as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

As Políticas Públicas disponíveis no contexto brasileiro buscam alterar a realidade brasileira da desigualdade, e para que elas ocorram precisam avaliar políticas, programas e serviços, para que desta maneira, possam através de métodos e fundamentos teóricos demonstrar a finalidade real dessa política na vida da comunidade e da pessoa, tais dados serão alcançados através de diversas áreas do conhecimento, que realizaram pesquisas demonstrando a realidade social (DESLANDES, 1997).

Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas no Brasil teve início precisamente na década de 80, em um contexto de movimentos sociais que surgiram a partir de 1964 contra a ditadura militar, estas influenciaram a participação social e questionamentos contramobras políticas e programas governamentais que embora fossem classificados como emergentes de políticas públicas não tinham esse caráter. Este período da história retrata uma das partes mais sombrias da história brasileira, contudo trouxe contribuições para a participação social, militâncias e resistências. Com isso, a crítica ao padrão de políticas sociais criadas na América Latina e no Brasil é ampliada, especialmente, no que se refere ao mau uso de recursos financeiros públicos e a ausência de foco dos programas sociais voltados para a população mais necessitada (SILVA, 2012).

Para Cavalcante Filho (2013), a compreensão tradicional do termo políticas públicas exhibe um conceito controverso, o qual atua mais como um pressuposto do que explicitado. Secchi (2015, p. 24), ressalta que os estudos das políticas públicas se fazem cada vez mais precisos, “são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições.”

Assim, ocorre uma dificuldade para se falar sobre a noção de política pública, pois esta se estabelece por um modelo de Estado sendo ele o responsável pela intervenção, esta será produzida por uma única premissa exaurir o Estado de bem-estar, desta maneira passa a ser possível refletir sobre um Estado implementador de políticas públicas (BUCCI, 2002).

Segundo Rocha e Silva (2019) cabe ao Estado garantir e possibilitar o acesso aos direitos fundamentais contidos na Carta Magna, nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel fundamental. É através da implementação de

políticas públicas e sociais que o Estado possibilita que os cidadãos tenham uma maior efetivação dos seus direitos fundamentais. Desse modo, as políticas públicas devem consistir em uma ação governamental que vise efetivamente atender as demandas da sociedade, sob pena de se tornar inócua, por não estar ligada a consecução dos fins do Estado.

Rocha e Silva (2019, p. 127) entendem que “as políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. Ou seja, possuem um objetivo a ser alcançado, que vão de encontro ao bem-estar social e os direitos constitucionais.

Na esteira deste pensamento, Heringer (2002, p. 85) assinala que política pública “se refere a princípios de ação de determinado governo, orientado para atingir fins e população específicos, ou seja, é um meio para se atingir determinada meta econômica ou social”. Azevedo (2003, p. 38) afirma que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

A definição de políticas públicas nasce do contexto social, porém é na esfera estatal que se toma uma decisão para investir naquela determinada realidade social, sendo utilizada como uma regulação administrativa também se torna resultado de um jogo de poder, pois grupos de poder econômico, político e organizações da sociedade civil buscaram investir ações que cheguem à instituição estatal, podendo assim provocar a direção da decisão do investimento administrativo do Estado, possibilitando a alteração da realidade social (BONETI, 2006).

Na esteira deste pensamento Hernandez (2018) assinala que as políticas que incidem sobre a vida produzem modos de subjetivação, assim como modos de sujeição. Na visão do autor políticas públicas não podem ser confundidas com manobras higienistas, eugenistas, que produzem segregação, e cerceamento de direitos. Estas devem ser voltadas para o bem comum e produtoras de potência de vida, constante aos direitos humanos, reverberam no social.

Corroborando com o autor supracitado Rocha e Silva (2019, p. 127), afirmam que as políticas públicas compõem um debate complexo, “temática oriunda da ciência política, e seu estudo está relacionado com a preocupação do Estado em

concretizar ações que contemplem os direitos humanos, em particular os direitos sociais e, conseqüentemente, o direito a educação”.

Diante disto as políticas públicas começaram a ser problematizadas a partir de diferentes correntes teóricas e categorias profissionais, pois traz consigo multiplicidades, desafios que muitas vezes não podem ser respondidos apenas por uma área do conhecimento (HERNANDES, GENTILLI, 2018).

Nesse sentido as políticas públicas da educação necessitam dialogar com outros campos do conhecimento, para compreender e abordar as questões sociais que se fazem presentes no processo ensino e aprendizagem, desse modo não há como tecer reflexões sobre a educação de nível superior no Brasil sem discutir as desigualdades e exclusões que atuam por meio de distintos mecanismos sociopolíticos e ideológicos, que naturalizam esta realidade (HERNANDES, 2016).

Na esteira deste pensamento ao tecer reflexões sobre as artimanhas da exclusão Veras (2013, p. 30) assinala que:

Como se estivéssemos em uma arena naturalizada, onde competidores teriam as mesmas chances na luta pelo espaço, os mais aptos ganhariam melhores posições nesse ambiente construído e disso resultariam melhores posições nesse ambiente construído e disso resultariam zonas segregadas, como os círculos concêntricos de Burgess, os mais pobres excluir-se-iam de um dos anéis urbanos e imediatamente passariam para o próximo e, gradativamente, os melhores lugares estariam ocupados pelos “vencedores”, Zonas de desorganização moral, zonas de habitação operária, processos de desapitação de novos habitantes, todos enfeixados nessa explicação que inspirou óticas funcionalistas e que foram muito questionadas. Outros circunscreveram o fenômeno da pobreza urbana como um recorte específico, uma vida própria, com cultura característica e diversa da sociedade abrangente. É o caso da Cultura da Pobreza, de Oscar Lewis, descrevendo famílias, seu estilo de vida e valores próprios, como diferentes. As lutas pelo mercado de trabalho, renda, acesso e bens e serviços seriam definidoras desses contingentes “ainda não adaptados” a vida urbana.

Nesse sentido, a autora aponta como a exclusão social reverbera na vida de determinados grupos sociais que vivenciam o abandono e ausência de políticas públicas que venham a garantir os direitos básicos e a dignidade humana. Para Hernandez (2016) os direitos garantem que o indivíduo seja reconhecido como ser humano, quando os direitos de igualdade são negados, elege-se um grupo como mais humano em detrimento do outro. Essa realidade sobretudo é vivenciada pela população mais jovem, faz com que esses sejam vítimas predestinadas da violência, embora essa experiência seja compartilhada com toda a sociedade, é vivenciada sobre condições de extrema diferença. Na visão de Mello (2013, p. 141): “O



problema da violência há muito tempo vem sendo associado à pobreza, “identificar segmentos da população como portadores de maldade pelo simples fato de serem pobres, gira ainda uma vez a roda da violência e não beneficia ninguém”.

De acordo com Waiselfisz (2016) os jovens negros morrem 2,6 vezes mais que jovens brancos. Ao analisar o perfil destes jovens que ocupam esses dados estatísticos são de zonas periféricas, a faixa etária mais expressiva de mortalidade é entre 16 a 24 anos idade. Para Mansur (2012, p. 31), “o problema da violência não é apenas uma questão de estatística. Por trás desses números encontram-se pessoas – quando não são famílias inteiras - que tiveram ou ainda tem experiências profundamente marcadas”.

De acordo com Hernandez (2016) muitos jovens em idade escolar que ingressam no tráfico de drogas como uma questão de sobrevivência, cuja a trajetória é marcada por uma série de rupturas e violações de direitos, os mesmos não são alcançados pelas políticas de saúde, educação e proteção social. Diante disto prosseguir nos estudos dentro de um contexto marcado por desigualdades sociais e violências não possui um sentido existencial para esses jovens, mas o tráfico de drogas sim. O autor frisa que não é de seu interesse vitimizar ou culpabilizar esses jovens, mas de tecer reflexões sobre como esses mecanismos sociopolíticos que produzem e reproduzem a exclusão social atuam ainda na contemporaneidade.

Na esteira deste pensamento Gentili e Helmer (2017, p. 123) “reconhecem a necessidade de mediações mais criteriosas para que se evitem reproduções de atitudes reducionistas, cegas ao racismo velado de nossa sociedade e à naturalização da pobreza”. Sendo assim, urgente a realização de ações mais incisivas no campo da educação de maneira de se prevenir a evasão escolar para o tráfico de drogas. “A educação adquire o significado não somente de transmitir habilidades e competências, mas de instruir para o exercício da cidadania, mais ainda, de formar a própria natureza humana” (AMBROSINE, 2012, p. 381).

Sobre este aspecto Menezes (2000) afirma que a educação é um dispositivo capaz de transformar realidades, é um meio de ampliar a visão para além/aquém dos modos de vida que se tem e forjar outras possibilidades de vida dentro do contexto no qual o mesmo encontra-se inserido. Há uma discrepância entre os públicos que acessam a educação de nível superior no Brasil.

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, doravante chamada de “Lei das Cotas” constituem-se como políticas afirmativas que visam promover o acesso da população negra ao ensino superior. Jaccoud e Beghin (2002, p. 67), estas ações afirmativas são políticas que: “Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social”.

Nesse sentido, destacar que ações afirmativas não são somente para reservar vagas para o sistema de cotas raciais ou sociais, mas para que possam erradicar práticas discriminatórias dirigidas historicamente a determinado grupo social, assim as políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, necessitam ter o caráter de direito a igualdade e ainda ao direito a diferença, ou seja, princípio a equidade (MARQUES, 2018).

O sistema de cotas produz muitas discussões de pontos favoráveis e desfavoráveis que dividem opiniões, pois, o item que fora aqui mencionado pelo fato de mostrar que embora existam ações afirmativas, ainda que busquem diminuir os impactos das desigualdades sociais e garantir oportunidades de acesso ao ensino superior aos jovens dos segmentos mais vulneráveis, tende a se tornar alvo de preconceito e das distinções de classes sociais e detrimientos de direitos (HERNANDES, 2016).

## 2.2 A EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL

O acesso ao ensino superior no Brasil em sua origem fora direcionado aos filhos da elite, estes eram enviados para estudar nas universidades europeias, como Coimbra e Portugal. Entretanto, com raríssimas exceções, jovens de famílias pobres, ao ingressarem na vida religiosa conseguiam frequentar cursos superiores, por intermédio da igreja. No Brasil os primeiros cursos superiores não teológicos iniciaram no século XIX, a primeira universidade apenas no século XX, com a chegada da corte portuguesa. Em 1808 inaugurou-se Escola de Cirurgia da Bahia, enquanto as colônias espanholas da América, já havia mais de duas dezenas de universidades, essa lacuna historicamente contribuiu para o atraso da educação de nível superior no país a qual durante longos anos ficou restritamente acessiva pela classe burguesa, média e alta (CUNHA, 2007).

Segundo Cunha (2007) o Brasil não acompanhou os avanços europeus e os debates sobre o novo modelo que educação, ainda funcionando pelo “modelo

Napoleônico<sup>1</sup>”, bem distante da proposta de uma universidade. No ano de 1920 foi inaugurada a primeira universidade brasileira a Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1927 inaugurou-se a Universidade Federal de Minas Gerais.

Neste ínterim, em meio a Revolução de 1930, surgem dois projetos de universidades para o Brasil. No ano de 1934 a Universidade de São Paulo (USP), e posteriormente no ano de 1935 o da Universidade do Distrito Federal (UDF), este último devido a ideais conservadores dificultou a proposta de instituir um modelo de universidade crítica, na busca de um saber coletivo.

No ano de 1960, um coletivo de estudantes, e intelectuais daquele tempo começaram a problematizar um novo modelo de universidade para o país. Em 1962 foi inaugurada a Universidade de Brasília (UNB). Contudo essa proposta metodológica de ensino foi anulada em função do Golpe Militar de 1964, cuja a proposta pedagógica era considerada subversiva às ideias militares da ditadura política de que instaurava no país. Aqueles que militaram contra esse regime de opressão foram exilados, torturados e mortos sobre acusação de “traidores da pátria”, ao conspirar contra o regime militar (SGUISSARD, 2004).

No ano de 1968, ainda sobre o regime militar promulgou-se a Lei nº5.540, instaurando a Reforma Universitária, através de negociações entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que impunha diretrizes para o desenvolvimento de pesquisas científicas no país. Deste modo, a responsabilidade no desenvolvimento de pesquisas seria apenas da pós-graduação, e os cursos de graduação deveriam apenas formar profissionais hábeis para atender as demandas do mercado de trabalho, retomando ao modelo Napoleônico, tal medida foi um grande retrocesso para o ensino superior (SGUISSARD, 2004).

Neste contexto, em 1990 o Estado começou a incentivar a abertura de instituições de ensino superior privadas. Por outro lado, houve redução do investimento e manutenção das universidades públicas, em seus estudos Sguissardi (2004) assinala que desde os anos 1990 até os anos 2000, houve um crescimento de 38% das instituições particulares no país, para uma diminuição de 23% das

---

<sup>1</sup> Tratava-se de um modelo de administração centralizada, que pressupunha alguma coordenação em relação aos cursos de formação profissional. Na prática, esses cursos — concebidos sob a ótica da ciência positivista, que delimita rigidamente os campos de conhecimento — se apresentavam desintegrados e independentes (ANASTASIOU, 2001)

públicas. Segundo Sguissardi (2004) ainda no ano de 1990 marcos legais no âmbito federal tais como: a legislação federal por meio dos Decretos nº 2.207 e nº 2.306, de 1997, e nº 3.860, de 2001, influenciados pelo modelo neoliberal e colaboração do Banco Mundial, instituem a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão sendo aplicada apenas às universidades.

Cumprе ressaltar que o Brasil se tornou um país moderno e de economia emergente, embora marcado pela desigualdade social<sup>2</sup>. No caso do acesso à Educação Superior, pode-se afirmar que várias iniciativas governamentais deram novo fôlego à expansão ocorrida neste nível de ensino (BARROS, 2015). Segundo Moreira e Sousa (2019) assinalam que aproximadamente 75% das vagas na educação superior no país serem oferecidas por instituições de ensino superior privadas. Aprile e Barone (2009, p. 45) afirmam que: a educação de nível superior é “atribuída o papel estratégico de promover o desenvolvimento das novas capacidades requeridas do trabalhador.”

Diante disto, no final do século XX a educação aparece como uma engrenagem primordial para o desenvolvimento econômico e da competitividade que se instaura no modelo de produção capitalista nos novos mercados globalizados (RAINHA, GOMES, HERNANDES, 2018). Consequentemente os cenários econômicos, a qualidade em conhecimentos da população de um país constitui um fator diferenciador estratégico.

A necessidade de mão-de-obra qualificada abre caminho para anexação do avanço tecnológico nas organizações, tornando possível inovações e realizações para propor mudanças e condições para avançar gerencialmente, considerando um perfil ideal para os nossos dias. Os níveis de educação de seu pessoal terão fortes repercussões tanto para rendimento individual como nos rendimentos coletivos das organizações. Os trabalhadores qualificados têm uma coincidência técnica positiva sobre seu grupo e aceleram a produtividade do conjunto (KLILSBURG, 2002).

Na visão do autor a educação é um dos investimentos de maior retorno, desde o âmbito político, econômico e social. Em razão deste reconhecimento as

---

<sup>2</sup> “[...] mesmo admitindo-se a autonomia relativa do Estado perante suas determinações materiais, é preciso ressaltar que essas condições materiais e especificamente as que constituem o modo capitalista, tendem a preservar uma ordem favorável aos interesses da propriedade privada dos meios de produção e do capital. Isso configura a impossibilidade de existirem, nessas sociedades, interesses universalmente comuns (SANFELICE, 2005, p. 90).

empresas privadas e setores públicos nos últimos anos vem investido em capacitação de recursos humanos. Diante disto, a educação é uma das alternativas para diminuir os impactos das desigualdades sociais na sociedade brasileira.

Na esteira deste pensamento, Hernandez et al. (2017, p. 03) reconhece que “as desigualdades de rendas no Brasil, além de outras assimetrias econômicas e de poder, somam-se às desigualdades sociais cotidianas, associadas aos atributos de gênero, escolaridade, raça/etnia entre pessoas dos mesmos segmentos sociais”. A sociedade contemporânea acarreta uma intercessão tecnológica inovadora e estruturante nos modos como os indivíduos interagem em suas vidas privadas com a sociedade e com o mundo do trabalho (GENTILLI, 2015) e esta interação diz respeito sobre o sentido. Sobre esta perspectiva a autora ainda ressalta que:

Tais situações se fundam nas relações dialéticas constitutivas dos sujeitos sociais, de padronização mercantilizadas, marcadas pelos ciclos produtivos e por afinidades externas (decorrentes das relações sociais); assim como pelos condicionamentos internos (que amalgamam às formas de produção e reprodução social do ser individualmente, a partir de sua história pessoal). Sua expressão social, em toda a complexidade, adota a aparência historicamente determinada, mesmo que subjetivamente não esteja confortável e coerentemente em conformidade com o que dele está sendo exigido socialmente (GENTILLI, 2015, p. 29).

Neste sentido, reconhecendo a educação como ferramenta de transformação social destacamos os principais programas que surgiram para amenizar as desigualdades na sociedade brasileira. Nos últimas décadas políticas públicas sociais de educação começaram a serem implantadas no Brasil a fim de diminuir os impactos das desigualdades sociais, tais iniciativas: Programa Crédito Educativo (CREDOC) em 1992, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em 1999, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, porém limitado na redistribuição de oportunidade (BARROS, 2015; APRILE, BARONE, 2018).

## 2. 3 PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Ristoff (2014) a partir dos anos 2000 o ensino superior no Brasil vivenciou a expansão de instituições, cursos e vagas decorrentes da proliferação de instituições privadas (Faculdades, Centros Universitários e Universidades). Contudo, Costa e Ferreira (2017), mencionam que não apenas a existências de restrições no

acesso à educação superior no país, mas também as condições em permanecer nos estudos. Nota-se este impacto quando se pensa que as universidades públicas no país apresentam um número pequeno de vagas, para Pereira Filho (2011) os processos seletivos são concorridos e reconhecidamente excludentes, considerando as bases do ensino fundamental e médio na rede pública, o qual o autor menciona que não apresenta a mesma qualidade do ensino de escolas particulares.

Na esteira deste pensamento Felicetti e Cabrera (2018) assinalam que estudantes dos seguimentos sociais menos favorecidos economicamente, sempre tiveram dificuldades no acesso à educação de nível superior, ficando em desvantagens nas concorrências em universidades públicas, tendo em vista que muitos jovens não poderiam dar continuidade aos seus estudos, pois, precisavam trabalhar para custear seus próprios gastos ou até mesmo ajudar nas despesas de casa o que os impediam de fazer cursos de dedicação exclusiva.

O CREDUC teve início como Projeto de Lei no ano de 1975, contudo foi institucionalizado apenas em 25 de junho de 1992, através da Lei nº 8.436. A Portaria nº 202 promulgada em 26 de Fevereiro de 1993 formula diretrizes por meio da Circular nº com o Banco Central do Brasil, a partir de então o Ministério da Educação (MEC) que instituiu a Comissão Nacional de Supervisão e Acompanhamento do Programa. Cabe ressaltar que a Portaria nº de 202 desenvolveu um novo modelo de redistribuição de vagas favorecendo os alunos carentes. No ano de 1996 a Lei 2.288 trouxe alterações significativas, pois começaram a surgir inadimplências, diante da realidade social da maioria dos alunos que estavam em débito financeiro com o Programa, oportunizando uma renegociação da dívida promulgou a Lei 10.207 de 2001, as alterações desta lei permitiam flexibilizar as dívidas com o Programa (BARROS, 2003).

Outro importante marco legal para o acesso à educação de nível superior para alunos de baixa renda, se deu no ano de 1999 o FIEIS que surgiu como uma medida provisória pela Lei nº 1.827º/99, alterado pela Lei 10.260 em 12 de julho do ano de 2001, como tornando-se um fundo contável destinado para estudantes que estejam com matrícula regular em instituições de curso superior não gratuitos, substituindo o CREDUC de 1992, originado do Programa de Crédito Educativo (PCE) de 1975 (BARROS, 2003).

Embora os programas CREDUC e FIEIS pareçam similares e tenham como a mesma meta garantir o acesso ao ensino superior para os alunos carentes, opera de maneiras diferentes a principal distinção está na forma de financiamento, enquanto o CREDUC arcava com 100% do financiamento dos cursos, por sua vez o FIEIS apenas com 70% do valor do curso, tendo em vista que o programa veta a participação de estudantes que outrora tenham participado de CREDUC. Os critérios de seleção para o financiamento do FIEIS consistem em: curso, região de residência renda e perfil do candidato, questões e, por fim, socioeconômicas. Outro aspecto que distingue os programas e dá pela forma de quitação das dívidas no CREDUC após o término do curso o estudante tinha um ano para iniciar o pagamento. No FIEIS após o encerramento do curso o aluno pagará 12 prestações de valor igual ao da última parcela paga na instituição de ensino superior que concluiu o curso.

Todavia, ainda no que se refere ao FIEIS Aprile e Barone (2009, p. 53-54) ao tecerem análises sobre o programa desde sua implementação advertem que:

A maioria das análises aponta para as limitações do Programa, particularmente nos aspectos referentes à qualidade da formação acadêmica oferecida aos jovens egressos do ensino médio e, conseqüentemente, à grande possibilidade de se estar mais uma vez contribuindo para alargar a distância social entre os diferentes segmentos da sociedade.

Cabe pontuar que, o FIEIS possui natureza contábil e constituiu-se como concesso de financiamento a estudantes que estejam matriculados regularmente em instituições de ensino superior de caráter cuja avaliação positiva nos processos instituídos pelo MEC e oferecidos por instituição de educação superior privado adepto ao programa. Torna-se relevante destacar que o FIEIS está implantado no Plano Nacional de Educação (PNE), seguindo as diretrizes de deliberação do Congresso Nacional e de problematizações antecedentes em Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, no propósito de alcançar melhores os indicadores educacionais do país em todas as esferas de educação. Relembrando que desde de sua concepção o programa até os anos de 2019 contemplou cerca de 3,12 milhões de estudantes (ROCHA, SILVA, 2019).

No ano de 2010, estabeleceu-se novas regras para atender a expressiva procura por instituições particulares de ensino superior para discentes de baixa renda. Com isso, as inscrições começaram a ser realizadas de fluxo contínuo, durante todo o ano letivo. Neste mesmo ano houve uma alteração na legislação que

regulamentava o FIES, tendo o em vista que o mesmo se constituiu como uma medida provisória, deste modo para dar prosseguimento ao programa adotou-se outra medida provisória, a nº 501, de 8 de setembro de 2010 o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC<sup>3</sup>), uma forma de ampliar o contrato para estudantes com renda mensal bruta perca pita de até 1,5 salário mínimos, esses estudantes da formalidade de apresentar fiador em seus contratos (SILVA, ROCHA, 2019).

Cumprir ressaltar que, tenha como objetivo cumprir da Meta nº 12 do PNE 2014-2024 elevando as inserções no ensino superior para 50% e que 33% da população entre 18 e 24 anos tenha acesso a política pública de educação no nível superior. Entretanto umas das contradições que vem sendo pontuadas em algumas discussões sobretudo pelo Tribunal de Contas da União que o programa não tem alcançada a eficácia em eficiência esperada, cujo o acesso ao ensino superior ainda tem sido um empasse para a população de baixa renda (SILVA, ROCHA, 2019).

Cabe pontuar, que no ano de 2014 novas diretrizes e parâmetros legais foram tomados para aderência dos institutos mantenedores tanto do FIEIS quanto do FGEDUC. A partir do dia 1 de fevereiro do referido ano os contratos começaram a ser formalizados. Com isso, garantir por fiança convencional ou solidária, como alternativa de evitar altos índices de inadimplências (ROCHA, SILVA, 2019).

Rocha e Silva (2019, p. 130-131) assinalam que

[..] os fiadores e o Fundo Garantidor passaram a ser chamados a honrar a dívida inadimplida, valendo ressaltar que a garantia do FGEDUC, nestes casos, condiciona-se à disponibilidade de saldo deste Fundo, a qual é verificada a cada contratação inicial e renovação semestral, o que indica claramente que poderão ocorrer semestres (e respectivo saldo devedor) garantidos, concomitantemente, pelo FGEDUC e pela Fiança, enquanto outros semestres serão garantidos somente por Fiança Convencional.

Assim, passando por significativas mudanças, e dispondo condições financeiras que beneficiam os estudantes, ocorreu um crescimento acelerado, porém tal dado era incompatível com a disponibilidade recursos para o orçamento a longo prazo, aumentando o risco de financiamento para o setor público, dessa maneira nota-se a mudança onde em 2009 haviam 5% de matrículas pelo Fies na rede

---

<sup>3</sup> O FGEDUC foi criado com o objetivo substituir o fiador convencional exigido nos financiamentos a estudantes com dificuldade de consegui-los, considerando o perfil de renda que apresentam, conforme já mencionado, e tem a União como cotista única.



privada, saltando em 2015 para 39% de matrículas realizadas (ROCHA, SILVA, 2019).

É importante destacar que no ano de 2015 o FIES alcançou um expressivo número de contratos em 2010 eram aproximadamente 76 mil, chegando a 16, 58 milhões em 2015. Ao passo que ajustes orçamentários precisaram ser realizados, foi quando no referido ano, os critérios de seleção começaram a ser mais rigorosos para melhor destino dos recursos públicos aos mais carentes. Entretanto, a discussões de que este processo embora não tenha sido divulgado nenhuma portaria que alterasse a Lei vigente que regia o programa, parece que o acesso dos estudantes de baixa renda tornava-se mais difícil (ROCHA, SILVA, 2019).

Sobre este aspecto os referidos autores advertem que:

Dentre tais critérios, destaca-se a priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), distribuição por localização geográfica, identificando-se a demanda por financiamento estudantil e as condições socioeconômicas de cada microrregião onde há oferta, bem como áreas prioritárias (Engenharias e Ciência da Computação, Licenciaturas e Área da Saúde). Eis que, de fato, até o primeiro semestre de 2015, 60% (sessenta por cento) dos contratos de financiamento se encontravam nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal (ROCHA, SILVA, 2019, p. 132).

Nesse sentido o critério de relevância social, no ano de 2016, passou a ser verificado por microrregião tendo como base o número de estudantes participantes das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 e de 2015 na procura por financiamento estudantil, alcançado pelo número de estudantes inscritos no Fies no ano de 2015. Ainda a de se levar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada microrregião, balizado a partir da média dos IDHs dos municípios. Deste modo, a partir de 2017 foram cerca de 230.664 novas vagas, destas 175.946 chegaram a ser preenchidas, o resultou em um índice de 76% de ocupação, ao passo que, 1,1 milhão de contratos foram renovados por semestre, considerando os 1,5 milhão em vigência (ROCHA, SILVA, 2019).

Torna pertinente, mencionar que ainda no ano de 2016, houve uma alteração na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, através da Lei nº 13.366, de 1º de dezembro de 2016, abrandando os riscos na extinção do programa, garantindo sustentabilidade econômica do mesmo. Novas alterações tornaram a ser feitas na legislação que regulamente o FIES no ano de 2017, através da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Desta forma buscou-se adequar o programa a realidade econômica do país, em seu

financiamento, atentando para as questões econômicas, estudantes que possuam renda familiar bruta de até três salários mínimos per capita, e proporciona repares nas categorias de financiamento e um conjunto de outras melhorias na gestão e transparência do programa e para os alunos. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se as taxas de juros inovação trazida é a previsão de taxa de juros que no início era de 6,5% para zero (ROCHA, SILVA, 2019).

Sob está logica o Programa de Financiamento Estudantil – P-Fies trouxe mudanças positivas para os alunos no que tange ao financiamento, Rocha e Silva (2019, p. 135) assinalam

No contexto das alterações voltadas à sustentabilidade do FIES, está a eliminação da fase de carência do financiamento, período compreendido entre a fase na qual o estudante está frequentando a graduação e a fase de amortização, quando o estudante começa a pagar as prestações do empréstimo. Como o estudante já efetua durante o curso o pagamento às instituições de ensino da parcela da mensalidade não financiada pelo programa, o objetivo da medida é que o aluno mantenha a disciplina de pagamentos imediatamente após a conclusão do curso.

Neste sentido, visando fortalecer as políticas públicas de educação no ano de 2005 o PROUNI desenha um novo capítulo para o acesso à educação de nível superior no Brasil. Completou o seu 14º aniversário em 2018, desde sua homologação, reverberou inúmeros debates a partir de pontos de vistas diferentes, apesar das interpretações divergentes sobre o programa há uma concordância entre vários autores que concluem que o possibilita mais do que o acesso e inclusão social de um seguimento da sociedade que sem o mesmo não teria oportunidades de ingressar no ensino superior (FELICETTI, CABRERA, 2019).

A Lei n. 11.096, sancionada em 13 de janeiro de 2005, é composta por 23 artigos e não se refere exclusivamente ao PROUNI. Sua ementa deixa claro o seu escopo: Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (BRASIL, 2005).

Cumpré ressaltar que o PROUNI nasce como uma política afirmativa de democrática que defende o direito e oportuniza o acesso ao ensino superior. Entretanto nota-se críticas “eivadas de ranços ideológicos, reconhecidamente prejudiciais ao entendimento global do programa, porquanto, além de estreitarem o campo de avaliação, redundam em posições radicais e estéreis” (FONTELE, CRISÓSTOMO, 2016, p. 743).

Segundo Moreira (2018) primeiramente no caso do PROUNI as iniciativas concernentes à expansão do ingresso à educação superior desvirtuadas a cabo quando o Partido dos Trabalhadores avocou o Executivo Federal, fato que contribuiu na prática maior agilidade e com baixo impacto orçamentário. Consequentemente a rede privada esperava com uma capilaridade e uma inclinação inativa distantes na rede federal. Em termos similares Milanés (2016, p. 16) adverte que:

Enquanto o debate institucional apresenta uma visão extremamente pessimista do PROUNI, os estudos que debruçam sobre a compreensão dos seus beneficiários fazem perspectivas mais positivas. Embora não advoguem necessariamente a favor do programa (até mesmo porque várias críticas expressas pelo debate institucional são compartilhadas em seus estudos), ou autores dessa vertente sinalizam que, via de regra, algum impacto positivo pode ser percebido na vivência da maior parte dos beneficiários. Esses estudos não negam as limitações impostas pela rígida estratificação do ensino.

Para Gomes, Rainha e Hernandes (2018) programas que visam a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade promovem oportunidades de estes alcançarem determinados espaços que eram de privilegia da classe dominante, tais ações configuram-se como uma afronta ao sistema, pois visa romper com um ideal de predestinação de classes sociais. Os autores, afirmam que não é interesse da classe dominante igualar às oportunidades ou permitir que jovens pobres tenham acesso à educação este dispositivo capaz de promover transformações sociais.

Corroborando com o pensamento dos autores supracitados em um estudo realizado por Dalberio e Dalberio (2009) com jovens universitários em todo Brasil beneficiários do PROUNI para analisar os pontos negativos e positivos desta política, cerca de 30% dos entrevistados declararam terem sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito por professores, funcionários das IES, e ainda por colegas pagantes, pelo fato de serem bolsistas. Todavia o programa foi bem avaliado pelos estudantes, que embora expressaram desejo em terem conseguido vagas em universidades públicas.

Nesta direção, o programa promove concessão de bolsas integrais ou parciais a brasileiros sem diploma, para estudarem em instituições privadas de Educação Superior, sendo estas com ou sem fins lucrativos. Conforme o artigo 1º, incisos 1º e 2º, da Lei Nº 11.096, a bolsa integral é concedida a brasileiros com renda familiar mensal per capita que não exceda o valor de até um salário-mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50% ou 25%), a renda familiar mensal per capita não deve exceder

ao valor de até três salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005).

O art. 2º da Lei apresenta outros requisitos a serem observados pelos candidatos às bolsas:

Art. 2º

[...] I – estudante que tenha cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública ou que tenha cursado em escola privada, na condição de bolsista integral; II – estudante com deficiência nos termos da lei; III – professor da rede pública de educação básica, independentemente da renda, desde que para cursos de licenciatura, pedagogia ou normal superior. (BRASIL, 2005)

Neste sentido, Moreira e Souza (2019) salientam que os dispositivos na escolha dos favorecidos são oferecidos no art. 3º que atribui ao MEC a responsabilidade de realizar a pré-seleção dos candidatos. Tendo em vista, o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o perfil socioeconômico afirmado quando da concretização da análise. Consta também no art. 4º que todos os estudantes das IES, bolsistas ou não, sejam regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos. Em contrapartida, no que refere a trato para com as instituições beneficentes e sem fins lucrativos difere das demais, a saber, o art. 5º

Art. 5º. A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados. [...] (BRASIL, 2005).

Cumprido ressaltar que o financiamento do PROUNI é realizado pela via do incentivo fiscal, em conformidade com o Art. 8º da Lei nº 11.096/2005, tendo como fundamento legal a renúncia fiscal, para fins sociais, prática que a bastante tempo vem sendo realizado no Brasil. (BRASIL, 2005). Nos anos 1960 o governo militar, na labuta de estimular o projeto de desenvolvimento nacional, deliberou uma política de estímulos e desobrigações fiscais, com finalidade de amparar múltiplos departamentos da iniciativa privada, em meio a estes estava inserido os setores da educação. Com respaldo na Lei 5. 172/1966 como consta no Art. 9º o Código Tributário Nacional constituía a não incidência de tributos referentes ao patrimônio, a renda ou serviços de instituições de educação (BRASIL, 1966).

Neste contexto, as instituições de ensino superior privadas a partir dos anos 90 classificadas em lucrativas e sem fins lucrativos, estas últimas subclassificações em não beneficentes e filantrópicas. No ano de 1996 com publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em 1996 as IES lucrativas de natureza lucrativa, passaram a não se favorecer inteiramente de recursos públicos e, disfarçadamente, da renúncia fiscal, entraves que não apreenderam as IES sem fins lucrativos, que continuaram isentas à incidência tributária) tendo como parâmetro legal a Lei Complementar Nº 104, de 10 de janeiro de 2001, que balizou o benefício tributário a instituições de educação sem fins lucrativos (BRASIL, 2001).

Carvalho e Lopreato (2005) ao tecerem análises sobre a Lei nº 11.096/2005 11.096, salientam que esse incentivo fiscal previsto no art. 8º, muito favorece as instituições de fins lucrativos, juntamente com Leher (2004) os autores, faz com que o PROUNI se configure como uma parceria público-privada no setor educacional. Sobre este aspecto Fontenele e Cristómo (2016, p. 744) assinalam que:

A partir do financiamento pela via da renúncia fiscal, estava implantado o PROUNI, num momento em que a demanda reprimida por ensino superior atingia grandes proporções, sendo a universidade pública incapaz de absorver todo o universo de estudantes aptos a adentrar o mundo acadêmico. Boa parte do contingente que compunha essa demanda também não era capaz de arcar com ônus de um curso superior em uma instituição privada de ensino nem de ter acesso ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES, dado o fato de o agente financiador exigir capacidade creditícia, procedimento comum nos empréstimos bancários.

Segundo os autores o PROUNI, teve ótima aceitação em todo o país, contribuindo para o significativo aumento da participação no Exame Nacional do Ensino Médio) tendo um aumento de aproximadamente 2,9 milhões após sua implantação. Pois através do ENEM muitos brasileiros enxergavam a possibilidade de entrar em uma instituição de ensino superior privada por meio de bolsas de estudos.

Algumas críticas em relação ao PROUNI se deram em virtude de o programa ter estimulado a proliferação de instituições de ensino superior no país. “[...] o que o ProUni faz é aumentar as isenções fiscais para IES privadas que, com poucas exceções, não prestam conta de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiagem balanços [...]”, criticam Valente e Helene (2004, *apud* CATANI et al., 2006, p. 136).

Contudo o crescimento de IES já estava ocorrendo no Brasil antes mesmo do PROUNI, o mesmo apenas tornou possível o acesso daqueles que não tinham

recursos financeiros de ingressar em cursos privados e também não conseguiam linhas de crédito para isso. Sobre esta perspectiva Fontenele e Cristómo (2016, p. 745) ressaltam que:

[...] os efeitos positivos dessa política estariam basicamente na dependência de um esforço combinado do governo, da academia e da sociedade. Isso porque, ao primeiro, impor-se-ia um elevado investimento financeiro, dada a renúncia fiscal que o programa implica; ao segundo, a grandeza de “repensar suas atitudes muitas vezes elitistas e excludentes” e ao terceiro, o reconhecimento de que “a perda de cérebros é altamente condenável e socialmente inaceitável para uma nação que se queira soberana”

Na esteira deste pensamento Barros (2015, p. 385) reconhece os excetos alcançados com o PROUNI enquanto um dispositivo que garanta oportunidades de estudos aos jovens dos seguimentos pobres e classe média, por o autor afirma que: “Nesse caso, é preciso que sejam desenvolvidas ações mais efetivas para alcançar níveis satisfatórios de qualidade na Educação Básica pública e, conseqüentemente, propiciar maior mobilidade profissional e social a milhões de crianças e jovens”.

## 2. 4 DADOS SOBRE O ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL

De acordo com o Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional Anízio Teixeira (Inep), o órgão de maior reconhecimento e credibilidade de pesquisas sobre educação de nível superior no país. No Brasil, há 2.537 instituições de educação superior, das quais 81,5% são faculdades. Deste modo, cerca de 37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais são oferecidos em 2.537 IES no país, 2,2% das IES oferecem 100 ou mais cursos de graduação, 26,7% das IES oferecem até dois cursos de graduação, dentro das estatísticas em média as IES proporcionam 15 cursos de graduação, destes 90% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial. A pesquisa constatou que O grau acadêmico predominante dos cursos de graduação é o bacharelado (59,9%) (INEP, 2018).

Conforme um total de precisamente 299 universidades públicas no Brasil em contrapartida um número de 2.238 Institutos de Ensino Superior Privados. Cabe pontuar ainda no que se refere as Universidades públicas 128 são estaduais, 110 são federais e 61 são municipais (INEP, 2018).

No ano de 2018 mais de um milhão e duzentos mil estudantes concluíram a educação superior no Brasil. Houve um aumento de 3% na rede pública, comparado a 6%. Os dados estatísticos apontam que 20,5% dos estudantes que concluíram os

cursos de graduação em 2018 são da rede pública; 78,5% são da rede privada (INEP, 2018).

Diante disto observa-se maior procura pelos cursos de graduação a distância. Segundo Santana (2016), essa demanda se dá em virtude de o mercado de trabalho exigir mais capacitação e exigência de curso de nível superior em contratações para a ocupar as vagas de emprego, sendo que a modalidade a distância possibilita os alunos a adequarem seus horários e também no orçamento financeiro. O Inep (2018) registrou que o número de concluintes em cursos de graduação presenciais teve aumento de 4,5% em relação a 2017. A modalidade a distância aumentou 8,6% no mesmo período.

Registra-se também no ano 2018, que o número de alunos concluintes em cursos técnicos teve um aumento de 7,6%. Bacharelado também registrou aumento (6,9%), enquanto a licenciatura teve uma pequena queda no número de concluintes. A pesquisa aponta que o estudante dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância optam por licenciaturas. No que se refere a modalidade presencial, os estudantes cursam bacharelados (INEP, 2018).

Observa-se nos dados fornecidos pela pesquisa que a uma prevalência do sexo feminino em todas as modalidades de ensino (distância, presencial, bacharelado e licenciatura). Os cursos noturnos apresentam maior número de matriculados nos cursos de graduação presencial, matriculados em cursos de bacharelado são a maior parte na modalidade presencial. Na EaD, predominam os cursos de licenciatura (INEP, 2018).

No ano de 2018 foram ofertadas aproximadamente 13,5 milhões de vagas em cursos de graduação, destas 72,9% vagas novas e 26,9% vagas remanescentes. A rede privada ofertou 93,8% do total de vagas em cursos de graduação em 2018. Em contrapartida a rede pública teve uma participação de 6,2% no total de vagas oferecidas (INEP, 2018). Nesse sentido, torna-se evidente que o maior número de oportunidade de vagas para ingressar no ensino superior pertence a rede privada de educação. Constatou-se ainda que no ano de 2018, mais de 90% das novas vagas ofertadas em cursos de nível superior de graduação da rede federal ambas foram preenchidas. No que se refere as vagas remanescentes, a rede federal também teve o maior percentual de preenchimento, embora em patamar bem abaixo, 30,0%. Esse

comportamento resultou em mais de 76 mil vagas remanescentes não preenchidas pela rede federal em 2018 (INEP, 2018).

De acordo com o Inep (2018) nos processos seletivos para ocupação do número de vagas novas, os cursos presenciais são os mais eficientes na ocupação de vagas. A situação se inverte nos processos seletivos dos programas especiais, em que a ocupação de vagas excede o número de vagas ofertadas nos cursos à distância. Com isso, 45% das vagas oferecidas são preenchidas nos processos seletivos para ocupação de vagas novas em cursos presenciais, já nos cursos à distância a ocupação é de apenas 21,1%. Os programas especiais, existe uma prevalência de ingressos do que vagas oferecidas. Todavia nos cursos presenciais essa cobertura é de 23,5% (INEP, 2018).



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa. O tipo de pesquisa conduz o pesquisador a descrever as características do que é pesquisado, como por exemplo as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelece as relações entre variáveis de um grupo: Idade, sexo, nível de escolaridade, religião entre outros. Portanto, garante ao pesquisador uma forma de planejamento e estratégia prévia para a realização futura de sua produção científica, portanto, este projeto científico terá caráter exploratório-descritivo. Uma pesquisa exploratória busca investigar um fato e esclarece-lo, a fim de delimitá-lo para que assim possa ser futuramente melhor pesquisado (GIL, 2014).

Para a realização desta investigação do tipo exploratório, baseou-se em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas, indo ao encontro do proposto pela literatura quando recomenda como procedimento metodológico para a realização do estudo exploratório o levantamento bibliográfico.

Para a revisão bibliográfica, foram consultadas produções acadêmicas em bancos de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se os descritores políticas de acesso a educação superior no Brasil, Acesso a Educação Superior no Brasil, Ingresso de jovens na Universidade no Brasil, entretanto, no que se refere à temática, foram encontradas produções em quantitativo restrito.

Quanto a pesquisa documental, realizou-se nas alterações das legislações que regulamentam o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy/ES – PRODES/PK, a partir do regulamento interno do Programa. A pesquisa documental utiliza fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, por este motivo, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas. Na pesquisa de campo o pesquisador vai ao encontro de seu objeto de estudo (GIL, 1999).

Para a pesquisa de campo foram convidados 30 egressos aleatoriamente para participar deste estudo. Contudo apenas 25 egressos do programa aceitaram participar desta pesquisa. A abordagem qualitativa não se limita aos dados quantitativos, mas busca mensurar aspectos subjetivos do objeto de estudo. Deste

modo, na pesquisa qualitativa a busca é compreender um fenômeno específico em profundidade; por isso a realidade é construída a partir do próprio estudo. Cabe ao pesquisador observar, analisar decifrar e interpretar significações dos sujeitos e não apenas descrever fatos ou comportamentos. O processo e o seu significado são os principais focos deste tipo de estudo (MINAYO, 2010).

Sobre este aspecto, Godoy, (1995) afirma que a pesquisa qualitativa almeja:

[...] a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Pontuamos que, em uma pesquisa de abordagem avaliativa qualitativa, o processo de análise almeja alcançar o entendimento ou explicação que começa com as próprias interpretações que os sujeitos fazem da situação e termina com as interpretações dos indivíduos envolvidos nas análises (ALVES et al, 2010).

### 3.2 LOCAL DO ESTUDO

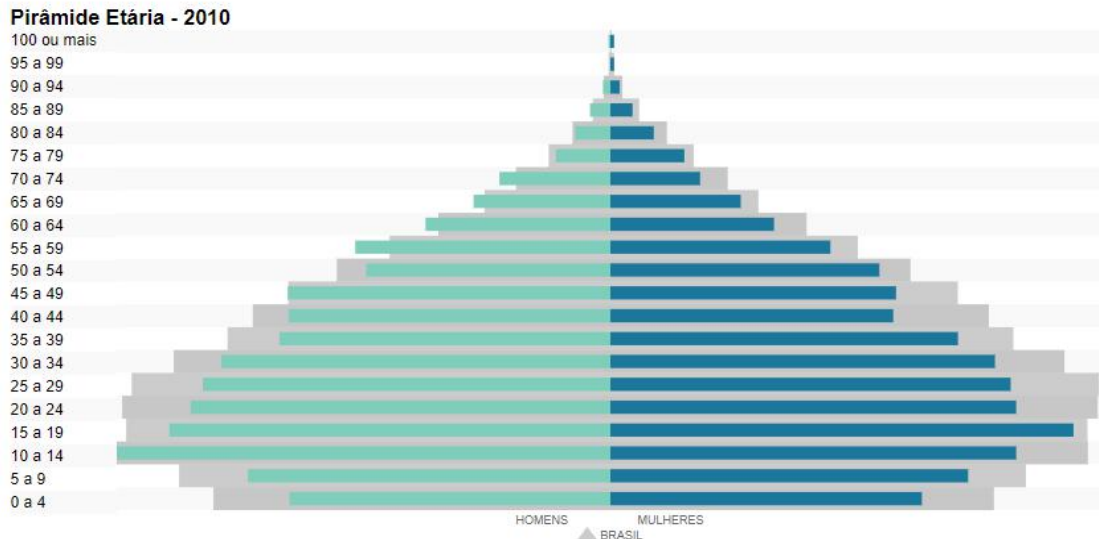
O município de Presidente Kennedy possui uma população de 11.488 habitantes, localizando-se no litoral sul do estado do Espírito Santo, possuindo algumas vezes uma grande representação com o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil, devido aos repasses de royalties da exploração de petróleo em alto mar, na camada do pré-sal, no entanto, com a queda do preço dos barris de petróleo no mercado mundial (IBGE, 2019).

Apesar da importância na exploração do petróleo, é um município que apresenta muita desigualdade social e pobreza, com sua economia majoritariamente ligada à agricultura, que responde por cerca de 70% da arrecadação municipal, com destaque para o cultivo de maracujá, mandioca, cana de açúcar e pecuária leiteira, sendo o maior produtor de leite do estado. O maior empregador local é o poder público municipal, que possui cerca de 1.800 servidores, entre estatais e sem vínculos permanentes (comissionados e designação temporária) (IBGE, 2019).

De acordo com o IBGE (2019), o salário médio mensal da população em 2016 era de 2,4 salários mínimos, possuindo 40,6% da população vivendo em domicílios com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,657, considerado médio. Em relação à população, é possível observar na Figura 2 que a população idosa do gênero

feminino apresenta números superiores à média nacional, enquanto a masculina fica abaixo.

Figura 1 – Pirâmide etária do município de Presidente Kennedy



Fonte: IBGE (2019)

### 3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Considerando que este estudo não irá buscar medidas estatísticas, mas sim os significados de vivências, não sendo apropriado selecionar uma amostra aleatória, mas sim de forma intencional formar os grupos de sujeitos que participarão desta pesquisa (MARTINELLI, 1999). Desta forma, a realização deste estudo ocorreu com 25 participantes que se possibilitaram a responder o questionário semiestruturado, tal como avaliar o programa que participam.

### 3.4 COLETA DE DADOS

Desta maneira, estabelece como importância esclarecer que será solicitada carta de anuência pela pesquisadora e sua orientadora Secretária Municipal de Educação do Município de Presidente Kennedy para o desenvolvimento da pesquisa, acompanhada de todos os documentos necessários para tal objetivo.

A escolha dos sujeitos se deu por meio de amostras aleatórias, tendo como base as fichas de cadastro do PRES-PK pelas quais os sujeitos serão convidados a

participar deste estudo. Insta salientar que, antes da coleta dos dados, os participantes serão esclarecidos sobre a pesquisa e seu objetivo, na qual será feita a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE. Os membros que consentirem em participar irão assinar o TCLE antes da entrevista. Nas palavras de Gil (2009, p. 63) entrevista configura-se como:

[...] uma técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca dos diversos aspectos da vida social. Aplica-se a praticamente a todos os seguimentos populacionais. Quando bem conduzida, possibilita o esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e as circunstâncias em que é realizada.

Nesse sentido, será utilizado um roteiro semiestruturado, que constará disponível no Apêndice deste estudo, elaborado a partir dos objetivos traçados. Esse instrumento de coleta de dados escolhido convém ao caráter desta pesquisa, tem em vista que “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2006, p. 146).

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram analisados conforme análise de conteúdo de Bardin (2011), para a autora o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação.

A pré-análise como já foi apresentada por Bardin (2011) consiste na fase de organização o pesquisador precisa estar com procedimentos bem definidos, embora seja possível flexibilizações flexíveis. Nesta etapa acontece a leitura flutuante, onde há um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, assim como, a escolha deles, as formulações de hipóteses e objetivos, a partir dos indicadores para orientar a interpretação e a preparação formal do material.

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação, enumeração-e a escolha de categorias (BARDIN, 2011).

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados a inferência e interpretação. Calcado nos resultados brutos, o pesquisador procurara torná-los significativos e válidos (BARDIN, 2011).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados e discussão a seguir serão expostos da seguinte forma. Primeiramente será apresentada a pesquisa documental na qual analisou-se as alterações da legislação do PRODES-PK desde sua implementação no ano de 2005 até ano de 2020. Posteriormente serão apresentadas as entrevistas realizadas com os egressos, que aceitaram participar deste estudo.

Cumprido ressaltar que após a coleta dos dados, os mesmos foram transcritos, analisados, interpretados e articulados à luz das categorias escolhidas. Segunda Pádua (2004) este processo de análise exige do pesquisador ir além do nível da mera compilação dos dados do seu objeto de estudo, tendo que desenvolver a criatividade. Em concordância com o autor Gomes (1994), considera que a análise de conteúdo parte de uma reflexão mais simplista para um estudo mais apurado, partindo para a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 1994).

Neste sentido, a partir da análise temática de conteúdo foram definidas quatro categorias temáticas: O perfil dos egressos; Impactos sociais da trajetória de egressos do PRODES-PK; Desafios em se inserir no mercado de trabalho; Avaliação do PRODES-PK na concepção dos egressos. Torna-se relevante enfatizar que, tendo em vista o alcance dos objetivos que nortearam a realização do estudo, foram utilizados outros estudos científicos publicados para embasamento teórico de nossas análises. Após apresentação das entrevistas será apresentado o blog elaborado como produto final deste trabalho.

### **4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO PRODES-PK DESDE SUA IMPLANTAÇÃO**

O PRODES-PK legalmente foi iniciado no ano de 2005 através da Lei nº 638, de 5 de maio de 2005. Desde então o programa vem passando continuas modificações. A princípio o programa pagava bolsas de estudo do polo Universidade de Tocantins- (UNINTIS) na modalidade a distância dos cursos de Serviços Social, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, o programava contemplava apenas aos servidores públicos efetivos, em cursos de pós-graduação Lato Senso e Stricto senso (BRASIL, 2005).

Contudo a referida foi alterada pela Lei nº 890, 15 de maio de 2010 e pelas Leis nº 1.075, de 21 de março de 2013, e Lei nº 1.088, de 2 de julho de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8, de 7 de fevereiro de 2013, que consolidou o - PRODES/PK - e suas alterações; e considerando o objetivo de incentivar e viabilizar aos cidadãos que concluíram o Ensino Médio a ingressarem no Ensino Superior ou Técnico; ou em Pós-Graduação (latu e stricto sensu), através de bolsas de estudos concedidas pelo Município de Presidente Kennedy.

As mudanças foram surgindo para melhor atender a população, são muito similares a princípio a pessoas para ter acesso a bolsa de estudos não poderia possuir renda acima de um salário mínimo. Após as mudanças a renda foi aumentada para 2.000,00 por família. Entretanto é possível que se abra precedentes mediante o valor do curso como no caso dos cursos de medicina (BRASIL, 2010).

Na Lei nº 1.367/2018) Art. 3º Os requerentes que pretenderem obter bolsa de estudo nos termos definidos por esta lei somente poderão inscrever-se após serem submetidos à atividade de orientação profissional – Serviço de Orientação Profissional (SOP), que será realizada pela Secretaria Municipal de Educação por meio de profissionais capacitados para este fim, cujo regulamento deverá ser definido por Decreto Municipal no prazo 120 de (cento e vinte) dias.

Cumprido ressaltar que o PRODES-PK possui o serviço de orientação profissional que desde o ano de 2017 passou a ser um pré-requisito para concepção de bolsas de estudo como consta na Lei nº 1.367/2018 . O Programa de Orientação profissional é desenvolvido por psicólogos com estudantes que estejam concluindo o ensino médio para que os mesmos possam conhecer melhor suas aptidões profissionais, afinidades, e as possíveis profissões que melhor combinam com sua personalidade. Para isto, são aplicados testes psicológicos, ou seja, instrumentos específicos para realização dessa avaliação (BRASIL, 2018).

Tal alternativa, foi tomada como propósito de evitar a evasão universitária que resultava em uma grande exoneração para os cofres públicos. Tendo em vista, que muitos alunos cursavam um período de um curso, ficavam reprovados em várias matérias e mudavam constantemente de curso tendo em vista que não havia nenhum ponto na legislação que regulamenta o PRODES-PK que o impedisse de realizar essas mudanças (BRASIL, 2018).

A orientação profissional é independente de classe social, Jenschke (2002) parte da premissa de que a orientação profissional que "prepare as pessoas para enfrentarem as permanentes transformações sociais e as situações da vida do indivíduo" (p. 24). Nesse sentido a orientação possibilita que estes jovens prestes a escolher uma carreira profissional possam elaborar seus planos de vida. Nas palavras de Sacareno (1997, p. 14) estes configuram-se como:

Um conjunto de desejos, metas, previsões e estratégias, entendidas como algo essencial ao longo da vida. Ao mesmo tempo, são capturadas organizações diferenciadas de conhecimentos entre os dois grupos, quando se referem à construção desses projetos. Nos adolescentes em contexto escolar público, emerge o conhecimento elaborado sobre projeto de vida como oportunidade, pressuposto para inclusão social e melhoria de vida, remetendo à possibilidade de ascensão social via escolarização. Em contrapartida, nos adolescentes em contexto de escola privada, configura-se uma organização do conhecimento sobre o projeto de vida como uma construção difícil e complexa, remetendo-se às dificuldades: práticas institucionais, pressões sociais e construção de si mesmo na relação com o mundo, configurada pela maturidade/imaturidade e pela tomada de decisão acerca do projeto de vida e da carreira que se pretende seguir.

Segundo Costa (2007, p. 81), a psicologia como ciência do comportamento e das relações humanas acredita que os estudantes pobres de escolas da rede pública possuem plena consciência e capacidade de "escolher porque é um ser humano, independentemente de seu nível socioeconômico, não significa que devemos levar até eles um discurso "do pensamento positivo", segundo o qual basta querer para conseguir".

Conforme a Lei nº638 altera as legislações anteriores assim como o tempo de residência no Município que atualmente é de 6 anos, anteriormente chegou a ser de 3 anos o tempo de moradia para ter acesso a bolsa. Parece que estas mudanças vão de encontro ao que foi apresentado pelos egressos, contudo os mesmos afirmaram que o tempo deveria ser superior ao da legislação vigente que regulamenta o PRODES (BRASIL, 2018)

Os candidatos a bolsa ainda precisam apresentar uma ficha denominada Ficha A emitida pela agente comunitária de saúde e assinada pelo secretário (a)



municipal de saúde comprovando que está inserido no território do município (BRASIL, 2018).

Cumprе ressaltar que a bolsa de Estudos será concedida apenas para as Instituições que estão credenciadas ao Programa. Conforme consta no edital nº 004/2020 as instituições cadastradas são: Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora-ISE/CENSA; Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa, Extensão S/A—MULTIVIX Vitória; Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia-EMESCAM; Faculdade Metropolitana São Carlos-FAMESC; Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade e Finanças; Instituto Profissional de Educação e Saúde-IPES; Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo MULTIVIX Cachoeiro (CAMPUS I e II); Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo—MULTIVIX CASTELO; Instituto Vale do Cricaré LTDA; Lael Varella Educação e Cultura LTDA- Centro Universitário UNIFAMINAS; Centro Universitário São Camilo; UniRedentor; UniRedentor Pólo Presidente Kennedy (BRASIL, 2018).

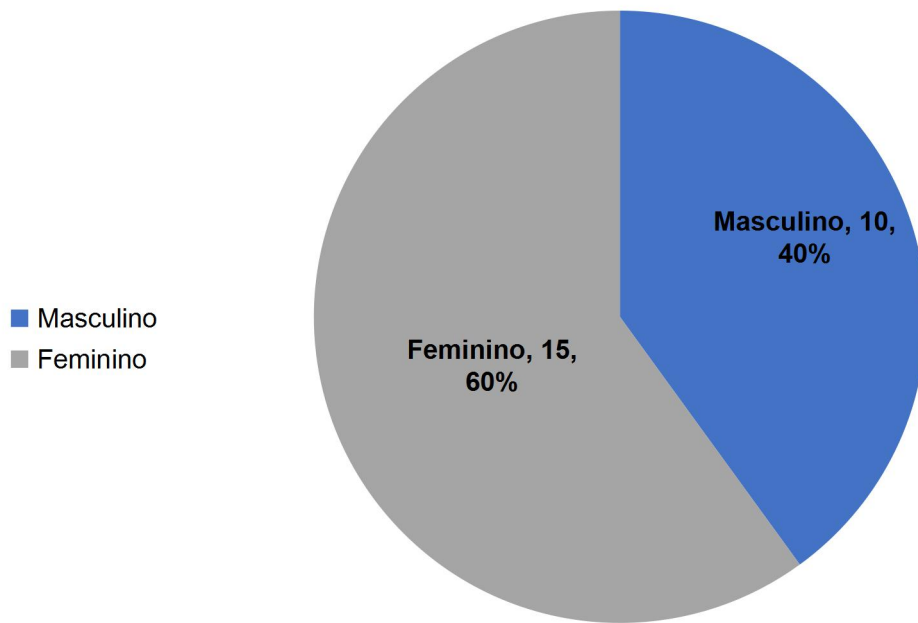
Ainda vale destacar o Artigo 3 da Lei nº 1.367/2018 que consta que o PRODES não custeará para os Beneficiários disciplinas extraordinárias em regime de dependência superior a 02 (duas) matérias, sob pena de ser desligado do Programa e restituir aos cofres públicos todo o valor gasto com as mensalidades cursadas até a data do desligamento, mediante assinatura de Termo de Compromisso assinado pelo Requerente no ato de sua inscrição no Programa, cujo montante devido será inscrito em dívida ativa do Município.

#### 4.2 O PERFIL DOS EGRESSOS DESTE ESTUDO

A entrevista semiestruturada ocorreu seguindo os preceitos éticos e técnicos, desta maneira nossos participantes serão denominados egressos, para assegurar sua confidencialidade dos dados aqui registrados.

Está pesquisa, de tal modo contará com 25 entrevistados, 12 do sexo feminino (60%) e 13 do sexo masculino (40%), a faixa etária mínima de 21 anos de idade e com máxima de 53 anos e todos os participantes residem no município de Presidente Kennedy. Desta maneira, como é demonstrado no gráfico:

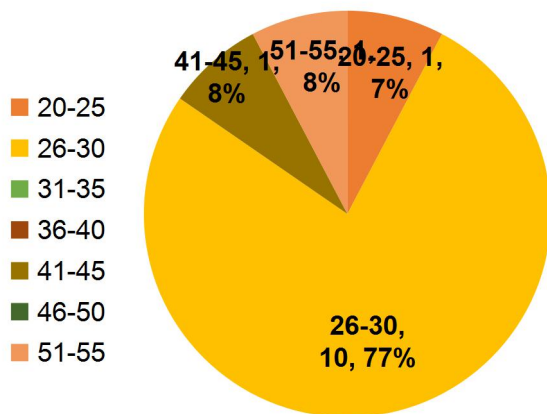
Gráfico 1- Sexo



Fonte: Elaboração Própria

Como demonstra os gráfico a seguir, a Idade foi questionada para compreensão da faixa etária de maior quantidade de egressos, demonstrando que a faixa etária entre mulheres (Gráfico 2) é de 26 e 30 anos (77%), ou seja 10 mulheres das 15 participantes. De acordo com

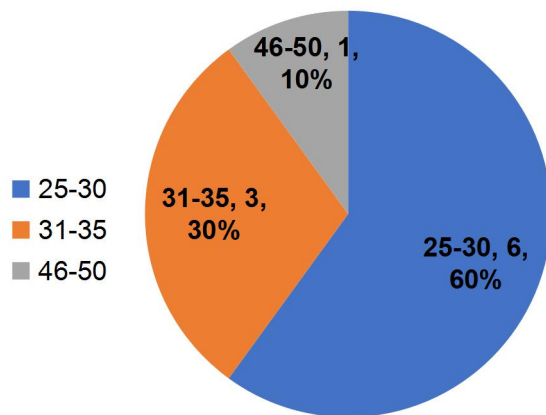
Gráfico 2- Idade (Feminino)



Fonte: Elaboração Própria

Este dado segue semelhante com a faixa etária masculina, demonstrando que de acordo com o (Gráfico 3) o índice entre pessoas do sexo masculino é de (60%), sendo assim 6 a cada 10 possuindo a mesma faixa etária. Assim, as demais faixas de idade ficam divididas como demonstra os gráficos.

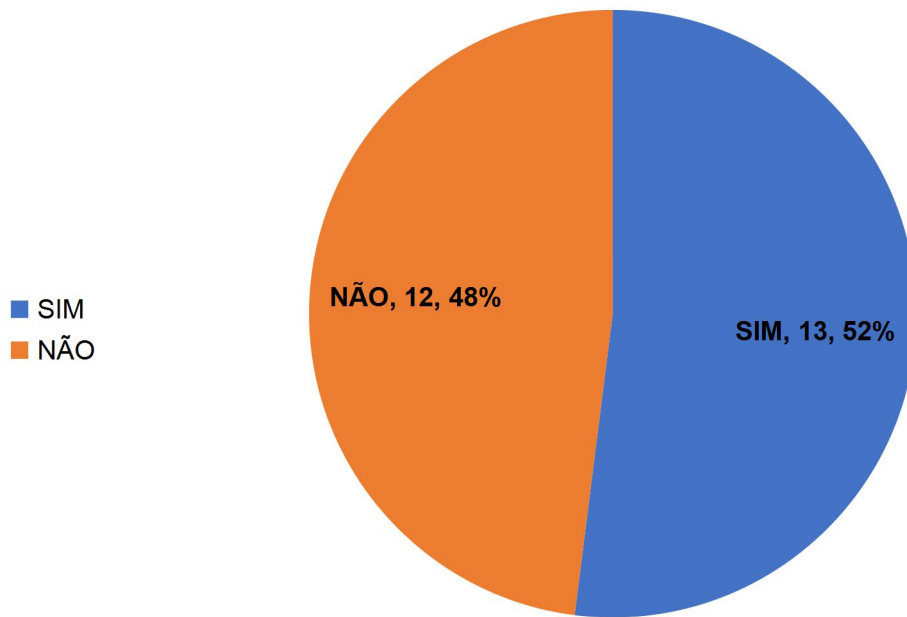
Gráfico 3- Idade (Masculino)



Fonte: Elaboração Própria

No que se refere a atuação profissional, de acordo com o (Gráfico 4) 13 (57%) informaram atuar na área de formação, os outros 12 (48%) participantes afirmaram não atuar. Cumpre ressaltar que quantitativo de jovens que saem da faculdade e não conseguem se inserir no mercado de trabalho trata-se de uma realidade a nível nacional como consta nos dados do IBGE (2019) 12,6 milhões de brasileiros encontram-se desempregados. Os jovens que saem da faculdade e não conseguem de inserir no mercado de trabalho ocupam 26% deste percentual de desempregados no Brasil.

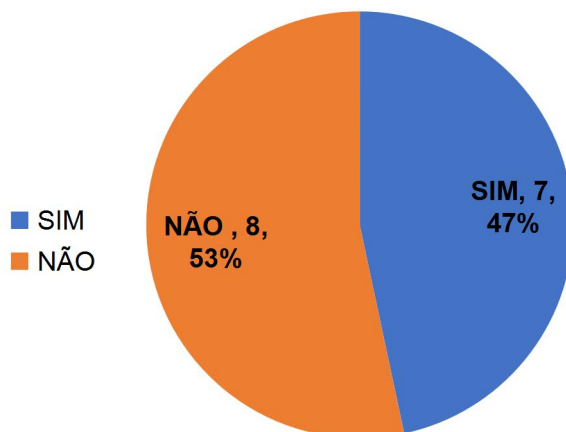
Gráfico 4- Atua na área



Fonte: Elaboração própria

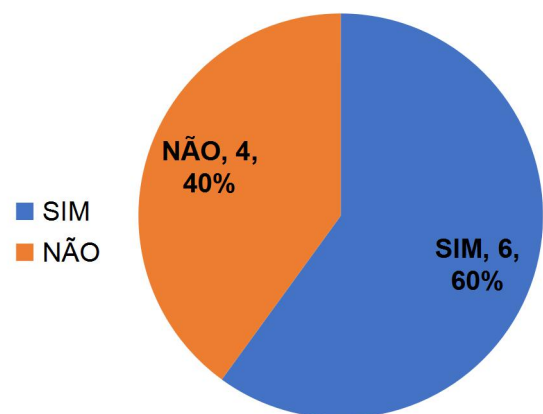
Relacionando os dados separadamente verifica-se no (Gráfico 5) que 8 (53%) das mulheres não atuam na área, contra 7 (47%) que estão no campo, índices próximos. Os dados do (Gráfico 6) sobre a atuação masculina demonstra que 6 (60%) atuam na área, e sendo 4 (40%) que ainda não atuam em seu respectivo campo.

Gráfico 5- Atua na área (Feminino).



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 6- Atua na área (Masculino)

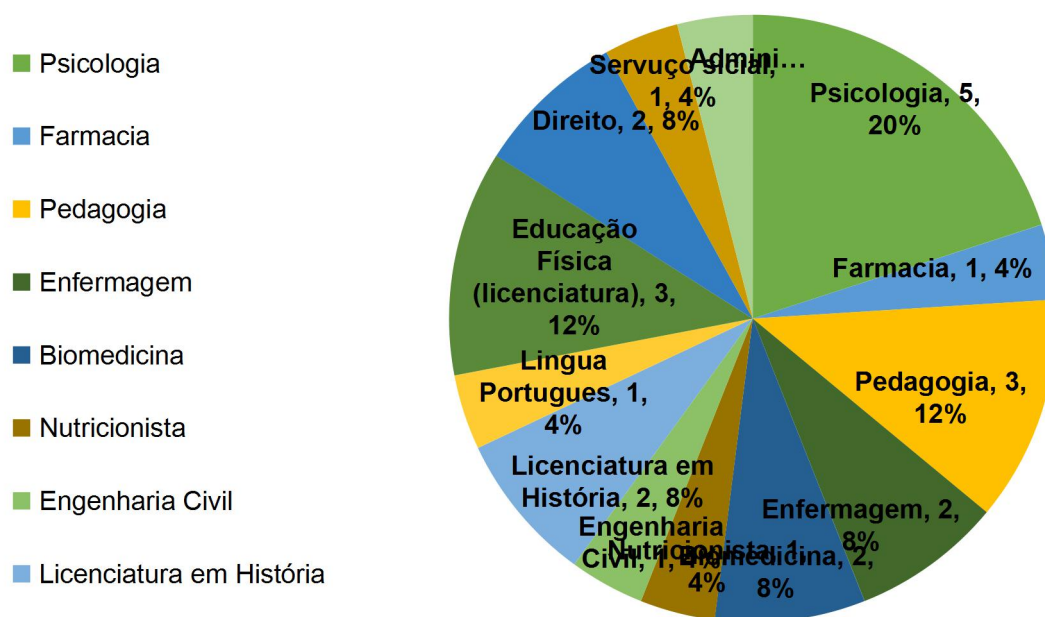


Fonte: Elaboração Própria

Os dados encontrados sobre quais profissões os egressos percorriam é descrito através do (Gráfico 7) que demonstra que a maioria deles escolheu a carreira de Psicologia com cerca de 5 (20%), sendo que Pedagogia e Educação

Física possuem cerca de 3 (12%) cada um, os demais cursos que possuem 2 pessoas (8%) ficou para a Enfermagem, Biomedicina, História e Direito, e alcançando apenas 1 pessoa (4%) relativa ao total de 25 participantes ficou para as demais áreas destacadas detalhadamente pelo gráfico abaixo.

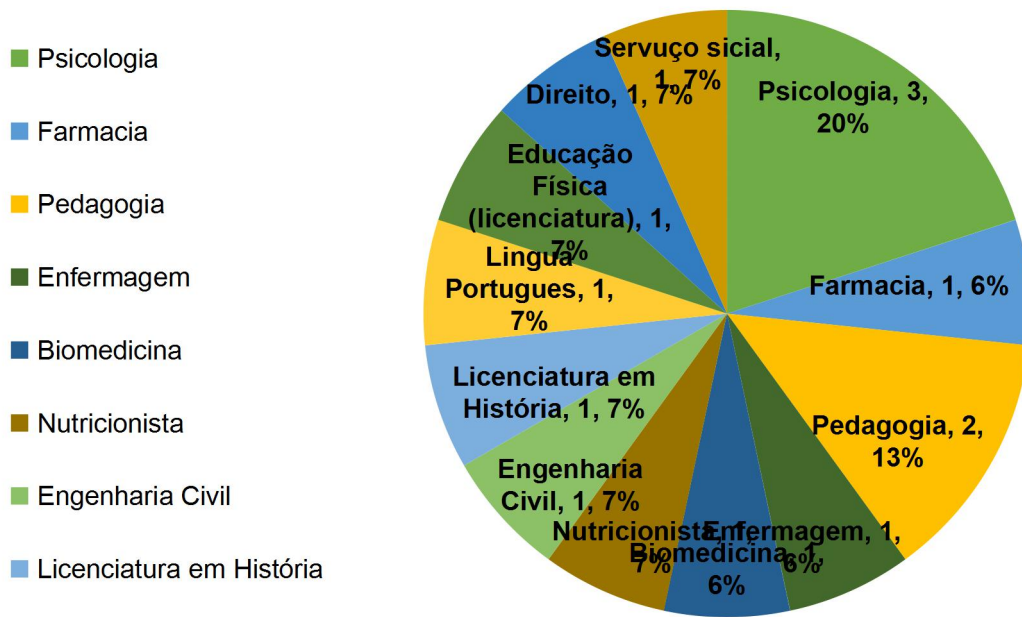
Gráfico 7- Profissão dos Egressos



Fonte: Elaboração Própria

Assim, os dados também serão relatados separadamente para compreender também sua distribuição entre os sexos dos participantes, refletido no (Gráficos 7 que demonstra que comparado com o gráfico anterior que a porcentagem permanece maior na profissão de Psicologia com 3 mulheres (20%) relativo ao total, e Pedagogia aparece em segundo com cerca de 2 (13%), e as demais áreas com 1 pessoa para cada curso.

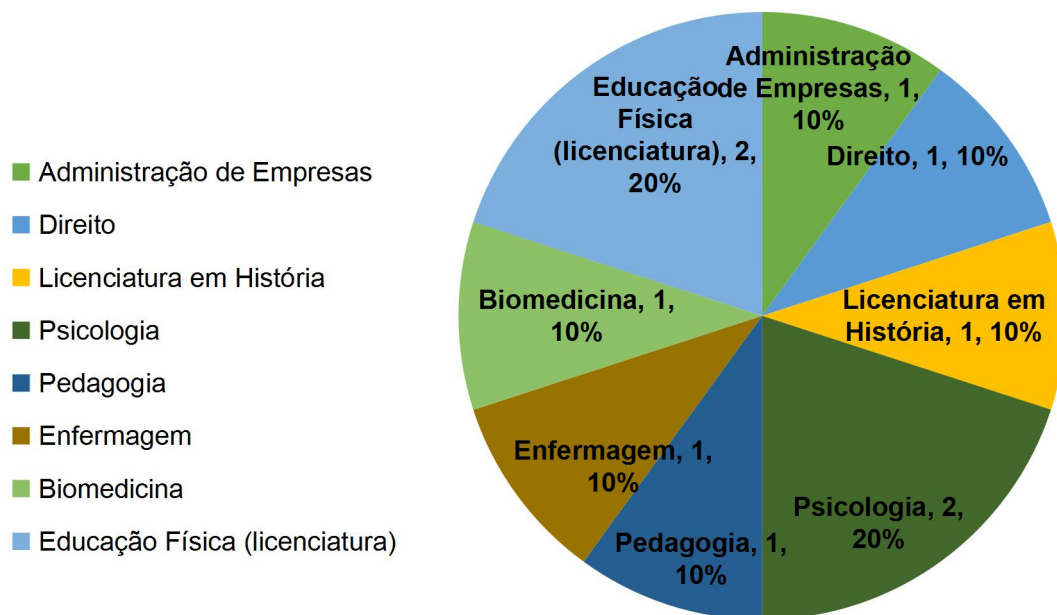
Gráfico 8- Profissão dos Egressos (F)



Fonte: Elaboração própria

No que concerne ao (Gráfico 9) sobre a profissão dos egressos do sexo masculino ficou determinado que cerca de 2 (20%) estão na área de Psicologia, como também Direito, os demais ficaram nas áreas detalhadas no gráfico, correspondendo 1 para cada curso, ou seja, (10%) relativo ao total de egressos descrito neste trabalho.

Gráfico 8- Profissão dos Egressos (M)



Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.1 Impactos sociais da trajetória de egressos do PRODES-PK

Os resultados apresentados nesta categoria pretendem propiciar a reflexão sobre aos impactos sociais e trajetória de egressos do PRODES-PK antes e depois da graduação. Com isso pretende-se apresentar história de vida dos egressos - narrando o caminho trilhado até a graduação, os desafios encontrados neste caminho, o ingresso na faculdade egressos em sua percepção, sentimentos envolvidos antes e após a graduação, destacando os aspectos sociais.

Deste modo a primeira subcategoria aborda a **realidade de jovens do município de Presidente Kennedy antes do PRODES-PK**. Os 25 participantes desse estudo foram alunos da rede pública e alegam que antes do da ampliação do PRODES-PK não tinham em mente realizar uma graduação, por não terem condições financeiras de ingressar no ensino superior privado:

Fui aluno da rede de ensino público, não tinha condições de cursar uma faculdade, portanto aproveitei a oportunidade lançada no PRODES-PK, fiz o vestibular e passei para faculdade de direito (EGRESSO 4)

Estudei em escola pública, sou uma das poucas irmãs que possui faculdade na minha família (EGRESSO 8).

Nesse sentido Hernandez (2016) assinala que o social pode ser construído a partir da soma de um coletivo de singulares, ao mesmo tempo o coletivo constrói singulares isso faz do homem produto e produtor do meio. Observa-se que o PRODES-PK se tornou um dispositivo que contribuiu para que muitos jovens pudessem mudar essa realidade. Como expressam as narrativas a seguir:

Então como eu disse nunca gostei muito de estudar, até porque no meu tempo, você tinha que casar cedo, igreja a criação era essa. Então era muito comum que os meninos nem terminassem o ensino médio, iam trabalhar na Paineiras a Usina. E realmente só terminava quem era esforçado, as vezes terminava para não ter que trabalhar a dia, no sol quente (EGRESSO 21).

O PRODES-PK mudou muito a cultura de muitas famílias, hoje os jovens Kennedenses do interior podem pensar em ter um outro futuro sem ser trabalhar em lavouras e tirar leite [...] (EGRESSO 2).

As narrativas expressam que antes do PRODES-PK os jovens de famílias mais pobres não recebiam incentivo em prosseguir nos estudos, de maneira que por ser um município de pequeno porte com aproximadamente 75% da população residente

na zona rural (IBGE, 2019) possui forte cultura conservadora religiosa, influenciava as jovens assim que terminassem o ensino médio constituíssem famílias, segundo a narrativa a seguir como nos mostram as narrativas a seguir:

“Hoje eu tenho 53 anos, na minha época não se falava em estudar, algumas moças de família com condições financeiras iam para Cachoeiro fazer magistério, agora as mais pobres tinham logo que se casar, para diminuir as despesas de casa. Hoje as moças têm mais oportunidades incentivos que não tinham na minha época, por isso fiz a faculdade depois de velha, assim como eu muitas outras colegas, nunca pensaram em fazer faculdade, os pais não incentivavam né! E depois quando casaram o marido quem manda, e tem aqueles que não deixam estudar porque tem medo da mulher trair, o machismo né! Podemos até dizer que o PRODES empoderou (sic) as mulheres de Presidente Kennedy ( risos) [...]” (EGRESSO 7).

Vale ressaltar que ao longo dos anos muitas mudanças a sociedade passaram por muitas transformações sobre tudo que tange as questões de gênero, essa narrativa descreve a realidade de outrora de mulheres de famílias mais pobres do município de Presidente Kennedy. E ainda reforça que o PRODES-PK torna-se um mecanismo que também é capaz de combater o machismo, entre outras práticas instituídas que impediam os jovens de dar continuidade aos seus estudos.

Segundo Coqueiro (2016) as narrativas ativam memórias afetivas, de grandes significados para os entrevistados, que ao narrarem permitem-se vivenciar novamente suas experiências. Em concordância Volpi (1996, p. 18) ao tecer análises sobre a vida dos estudantes universitários e os modos de subjetivação que reverberam a partir deste encontro, reconhece que:

[...] a universidade deverá produzir o saber buscando o equilíbrio entre o conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional num explícito comprometimento como elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa, cumprindo, assim, o papel cada vez mais é chamada a desempenhar (VOLPI, 1996, p. 18)

A trajetória de todo universitário é marcada por dois momentos um antes e depois, “uma vez que a aquisição de conhecimentos na universidade não serve apenas para um fim avaliativo, mas implica em conhecimentos que serão utilizados na vida” (TEIXEIRA, 2008, p.192). Nesse sentido será apresentada nossa segunda subcategoria **experiências durante a graduação**. Como nos mostra as narrativas a seguir:



“A minha inserção no PRODES mudou muito minha vida, meu relacionamento com as pessoas, minha leitura social o curso de psicologia me ajudou muito no meu crescimento pessoal” (EGRESSO 20).

Esta narrativa vai de encontro ao pensamento de Volpi (1996), ao afirmar que independente de qual seja o curso de nível superior, este possibilita uma nova visão de mundo o convívio em si com o meio acadêmico produz inquietações, confronta nossas certezas, e gera em nós outras dúvidas. Deste modo, a de se reconhecer as mudanças subjetivas, pois a graduação faz com que o aluno tenha que persistir para alcançar seu diploma, e neste caminhar acontecem os encontros.

Com isso, Hernandes (2016) relata que a vida é constituída por encontros, estes podem ser classificados com maus encontros aqueles que diminuem nossa potência de vida, e os bons encontros que são aqueles eventos que aumentam nossa potência de vida. Deste modo pode-se ver em todos depoimentos que o acesso ao ensino superior, a graduação, configurou-se como um bom encontro para os sujeitos dessa pesquisa destacamos duas narrativas:

“Fez eu me sentir capaz” (EGRESSO 6).

“Foi uma grande experiência ter cursado história, mudei minha compressão de mundo” (EGRESSO 16).

Nota-se que as entrevistas trazem sempre aspectos de resiliências de condições de vulnerabilidade e aspectos adversos, Hernandes (2016) nos lembra que as desigualdades sociais são um limitador de oportunidades, e manutenção destas desigualdades também consiste no acesso ao ensino superior. As narrativas nos fazem pensar que muitos desses egressos com a inserção no PRODES-PK adentraram a espaços restritos pelas suas condições financeiras. A partir dessa trajetória alguns puderam romper com a situação de vulnerabilidade:

Eu venho de uma família muito humilde, fui criada pela minha avó, até os 7 anos, depois como ele ficou muito doente tive que morar com minha tia. Morrei com ele por dois anos, ela me maltratava muito. Quando minha avó se recuperou eu voltei a morar com ela. Aos 9 anos eu cozinhava, lavava e passava, e cuidava de minha avó. Sempre fui boa aluna, embora sofria muito bullying na escola, sempre fui muito magrinha. Trabalhava de babá de manhã e estudava a tarde. (EGRESSO 22).

A terceira subcategoria fala sobre **apoio familiar durante os desafios enfrentados na graduação**. Segundo os participantes da pesquisa a família é uma

das principais motivações para os estudos, onde encontram apoio para lidar com as adversidades vivenciadas durante este processo. Com nos mostra a narrativa a seguir:

Eu nunca pensei em fazer uma faculdade, nem gostei de estudar, fiz supletivo, trabalhava de dia e estudava a noite. Me casei, tive duas filhas, quando a prefeitura começou a dar bolsa, minha esposa que é professora me incentivou a estudar, como eu sempre gostei muito de falar resolvi fazer psicologia. Fui muito difícil administrar, família, trabalho, igreja e estudos [...]. (EGRESSO 21)

De acordo com Santos et al. (2011) a vida acadêmica é um marco psicológico na vida de todo o estudante, esse marco psicológico registra todos os acontecimentos significativos conforme os autores. “A preocupação com a vida acadêmica se dá em decorrência da necessidade de efetiva aprendizagem, a qual vai depender de variáveis de grande influência social” (p.284).

Diante disto, faz-se necessário forjar práticas conciliadoras, segundo Chambel e Santos (2009) tais atitudes contribuem para elaboração de um repertório psicológico de inteligência emocional na qual o estudante que precisa compartilhar de seu tempo, entre o trabalho, faculdades e obrigações conjugais possam preservar sua saúde mental, isso contribui positivamente.

Um estudo realizado por Arnett (2004) indicou que a inserção na faculdade faz parte de um processo de desenvolvimento de habilidades sociais para gerenciar as pressões do trabalho. Deste modo, os vínculos sociais estabelecidos nessa fase são muito significativos. No primeiro semestre a maior preocupação está em fazer amizades e construir relações que mais adiante podem vir a ser redes de apoio para chegar ao final da graduação, a família se constitui como a principal de rede de apoio, essa afirmativa também aparece nas falas dos egressos:

“[...]minha mulher me apoiou muito” (EGRESSO 21).

A família faz toda diferença minha mãe levava minha marmitta no ponto de ônibus eu levava para comer em Cachoeiro, porque eu saia do trabalho e não tinha tempo de ir em casa (EGRESSO 3).

“[...] minha mãe foi uma guerreira durante a faculdade, toda a minha família se uniu para me apoiar, hoje tenho meios financeiros de poder retribuir para ela (EGRESSO 10)”.

Deste modo, observa-se a importância das redes de apoio como fora mencionado por alguns egressos. Administrar, o trabalho, família e estudos consiste em um grande investimento de energia afetiva (CRUZ, ROSA, COUTINHO, 2019; SOUZA, COUTINHO 2017). As narrativas nos mostraram que a família se torna uma das principais redes apoio de apoio, o incentivo contribuir para a motivação durante a trajetória acadêmica, pois é um momento de muitas mudanças e cobranças em que o estudante precisa dar contas de várias responsabilidades, criando outros modos de subjetivação.

Cumpramos ressaltar que os sujeitos deste estudo se referem ao proletariado que necessita do trabalho como fonte de sobrevivência. Corroborando com esta reflexão Siqueira (2001, p. 227) reconhece que: “trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma realidade contraditória e de sobrevivência, portanto uma necessidade”. Portanto, a compreensão da família é de muita importância para os egressos assim como para todo estudante universitário.

Nesse sentido, Saraceno (1997, p. 194) destaca que:

Lugar em que os dois sexos se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assumam formas diversas nas várias sociedades. É, antes de mais nada, em nível da família que o fato de se pertencer a um determinado sexo se transforma em destino pessoal, implícita ou explicitamente regulamentado e que se situa numa hierarquia de valores, poder, responsabilidade.

Observa-se em muitas falas a questão dos filhos que conseguiram se inserir no mercado de trabalho tentarem retribuir aos pais pelo apoio, com isso nota-se o PRODES-PK possibilitou uma mudança social para toda a família.

“Eu fui o primeiro filho a fazer faculdade, meus pais não têm curso superior, então para a família foi uma grande alegria, hoje eu tenho condições de ajudar financeiramente minha família e ofertar a eles uma melhor qualidade de vida” (EGRESSO 1).

“Hoje minha família possui uma melhor condição financeira” (EGRESSO 3).

“Posso ajudar os meus pais financeiramente” (EGRESSO 4).

Nesse sentido, a quarta subcategoria refere-se ao **rompimento com a vulnerabilidade**, os egressos que anteriormente eram assistidos por serviços sócio assistenciais, através do PRODES-PK conseguiram deixar de fazer parte dos serviços de assistência social para as famílias em situação de risco social. Com nos

mostram as narrativas que apontam para os impactos sociais do PRODES-PK na vida dos egressos:

“[...] deixamos de ser usuárias dos serviços assistenciais” (EGREESO 18).

“Minha família hoje não necessita mais de sexta básica, nem auxílio” moradia (EGRESSO 14).

Os serviços assistenciais são podem ser classificados como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), localizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quanto na Proteção Social Especial, que oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), em unidades dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Estes são oferecidos as famílias as famílias que se encontram em situação de risco social, quando uma pessoa deixa de estar inserida nesses serviços é que a mesma rompeu com o ciclo de vulnerabilidade (BRASIL,2013). Deste modo observa-se que o PRODES-PK tem sido um dispositivo para tentar tirar as pessoas das zonas de extrema pobreza, de maneira que através da capacitação profissional ela possam se emancipar politicamente.

As principais mudanças citadas pelos egressos foram a situação financeira apontada por 14 egressos, os outros 11 mencionaram o fato de terem um olhar diferenciado após a formação sobre a sociedade, e até mesmo sobre si. De acordo com Almeida e Soares (2003), os impactos sociais da universidade na vida egresso estão além da formação profissional. Desse modo, a trajetória de todo universitário é marcada por dois momentos um antes e depois, “uma vez que a aquisição de conhecimentos na universidade não serve apenas para um fim avaliativo, mas implica em conhecimentos que serão utilizados na vida” (TEIXEIRA, 2008, p.192).

Algumas narrativas apontam para estes impactos sociais em sua natureza positiva sobre a vida dos egressos e de suas famílias. Como podemos ver a seguir:

“Sim, hoje posso pagar alguém para cuidar da minha avó que precisa de cuidados especiais devido a questões de saúde e idade” (EGREESO 22).

“Sim, mina independência financeira” (EGREESO 23).

“Sim, com salarial maior posso investir no futuro do meu filho” (EGREESO24).

As narrativas apontam que aqueles estudantes que conseguiram entrar no mercado de trabalho após concluírem suas graduações tiveram uma ascensão financeira, que reverberou na possibilidade oferecer uma melhor qualidade de vida para os seus familiares. Por outro os egressos que aceitaram participar deste estudo que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho não obtiveram este mesmo exceto, não mencionando mudanças no aspecto financeiro ao termino da graduação.

#### **4.2.2 Desafios em se inserir no mercado de trabalho,**

A segunda categoria temática trata-se dos desafios **em se inserir no mercado de trabalho**. Observa-se que todos os egressos mencionaram a questão da falta de emprego na área de formação após saírem da faculdade, esta realidade é vivenciada por milhares de jovens brasileiros que não encontram espaço no mercado de trabalho para iniciar suas carreiras, mesmo possuindo formação que o habilite para isso (MATOS, HERNANDES, 2019).

A primeira subcategoria fala sobre escassez de empregos no município de Presidente Kennedy e os jogos de politicagem sobre Como nos mostra as entrevistas a seguir:

“Não, Presidente Kennedy é um município que tudo gira em torno da prefeitura, você pode ter um diploma, ser um bom profissional, mas em quem você vota é um fator determinante para conseguir um emprego na sua área” (EGRESSO 9).

“Não tive oportunidade ainda. No Município de Presidente Kennedy tudo depende da prefeitura” (EGRESSO 25).

Contudo este fenômeno se agrava no em municípios de pequeno porte, com exemplo do caso de Presidente Kennedy, onde os egressos em maior parte das respostas alegaram que os empregos estão ligados a administração pública, cujas contratações ocorrem mediante processo seletivo, nomeação em cargos comissionados, concursos públicos ou terceirização do serviço através de empresas prestadoras de serviço.

“Não tive oportunidade ainda de atuar na minha área, nos processos seletivos eu sempre fico muito distante, como eu não tenho tempo de experiência” (EGRESSO 5).

“Não, tenho procurado, mas é muito difícil, não consigo passar nos processos seletivos, teve um concurso da educação, mas não consegui me classificar” (EGRESSO 6).

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a cultura produz modos de subjetivação, estes também consistem em como as pessoas vão vivenciar as realidades e p quais atitudes, vão tomar frente as mesmas, pois o homem é produto e produtor de seu meio (HERNANDES, 2016). Deste modo, nota-se que estes egressos demonstram em suas narrativas como se prefeitura e o município fossem as únicas oportunidades de constituírem uma carreira profissional nas suas respectivas áreas de formação.

“Não, o município não possui empresas que possam contratar os alunos quando saem da faculdade” (EGRESSO 13).

“Não, não me sinto preparada para atuar na área, mas talvez se um dia conseguir uma oportunidade no município” (EGRESSO 20).

Ainda foi mencionado o fato de os empregos nas esferas pública serem utilizados como moeda de troca, fazendo da prefeitura um cabide de empregos. Com isso, observa-se um mecanismo sociopolítico de controle sobre a população, você desta forma o medo surge como um operador político que produz subjetividades sujeitas a forças de opressão dominantes (HERNANDES, GENTILLI, 2018).

Na esteira deste pensamento, um estudo realizado por Arnett (2004) indicou que a inserção na faculdade faz parte de um processo de desenvolvimento de habilidades sociais para gerenciar as pressões do trabalho. Deste modo, os vínculos sociais estabelecidos nessa fase são muito significativos. No primeiro semestre a maior preocupação está em fazer amizades e construir relações que mais adiante podem vir a ser redes de apoio para chegar ao final da graduação.

Reiterando nossas reflexões aliamos nosso pensamento ao de Teixeira et al. (2008, p.186) que salientam que:

[...] as oportunidades oferecidas pela universidade, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial. Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição à universidade. O ingresso no ensino superior é uma transição que traz potenciais repercussões para o desenvolvimento psicológico dos jovens estudantes.

A realização pessoal também deve ser pensada como uma transformação e impacto de vida, pois os egressos desta pesquisa narram não terem condições de arcar com um curso superior o PRODES foi um dispositivo de inclusão que possibilitou jovens de zonas rurais, ou periféricas ingressar em um espaço de ensino

privado restrito aqueles que possuem condições financeiras para arcar com isso. Também foi questionado aos participantes sobre quais impactos o PRODES-PK trouxe para suas famílias.

A segunda subcategoria fala sobre **as frustrações após sair da faculdade enfrentada pelos egressos**. A ausência de resiliência diante das frustrações pode reverberar em agravos em saúde mental para estes estudantes que se frustram ao não conseguirem conquistar seu espaço no mercado de trabalho, frente a falência de suas ideias (CABRAL, et al., 2018;).

“Não atuo na minha área de formação, eu gostaria de atuar e ganhar mais financeiramente, todo estudante faz uma faculdade com esse pensamento o de ser alguém na vida, e muitos se frustram quando isso não acontece” (EGRESSO 7).

[...]. Tem horas que você pensa: Será que nunca vou conseguir nada na minha área? Tanto que estudei, mas a gente tem que ter resiliência e continuar uma hora vai dar certo” (EGRESSO 17).

Segundo Melo e Borges (2017, p. 10) aponta que o término da faculdade e o ingresso no mercado do trabalho é um anseio presente em universitários, que buscam tanto aplicar o conhecimento adquirido, como também serem reconhecidos como profissionais. Sobre este aspecto os autores ainda ressaltam que:

[...] entre as categorias que aplicam para descrever o período de transição Universidade-mercado de trabalho, usam algumas que correspondem aos aspectos exigidos pelo mercado de trabalho em torno do perfil profissional de candidatos com nível superior às vagas nas organizações, tais como a abertura à aprendizagem, a manutenção da empregabilidade por meio da atualização constante (o investimento na qualificação) e o preparo técnico adquirido na graduação (a qualificação).

Os egressos entram na faculdade com intuito de seguir uma carreira, é assim que se ensina nas salas de aula durante o ensino regular, fundamental e médio. Tais narrativas nos fazem até mesmo refletir, sobre nosso posicionamento como educadores, formadores de opinião e de cidadãos que votam e escolhem seus representantes públicos. Há uma necessidade de se fomentar no município estratégias que possam aumentar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Silva (2002) na primeira década do ano 2000, admitiu-se que ter um diploma não seria garantia de se inserir no mercado de trabalho, entretanto permanece sendo um requisito para muitas funções e um diferencial na concorrência do mercado de trabalho. Tendo em vista que o acesso à educação superior no Brasil historicamente fora sempre direcionado para as elites, que por sua vez tinham melhores condições financeiras de buscar capacitações que permaneciam inacessíveis aos jovens pobres, que em alguns casos já saíam da faculdade tendo que quitar empréstimos que alguns faziam para conseguirem se formar.

A ampliação ininterrupta do “sistema educacional e da economia de mercado, com suas pressões diferentes de sistemas ocupacionais, de modo geral aumentou as ligações diretas entre realizações educacionais, as oportunidades econômicas e a posição ocupacional” (EISENSTADT, 1969, p. 48). Nas palavras do autor para as políticas de educação ainda é um desafio “estabelecer uma estrutura institucional adequada para absorver problemas e exigências em contínua mutação” (EISENSTADT, 1969, p. 67). Tendo em vista que o mercado muda, e com isso muda-se o perfil de profissional que se espera.

Embora as políticas públicas de educação ao longo dos anos tenham se empenhado em diminuir os impactos das desigualdades sócias, o sistema capitalista permanece excludente, a competição faz parte deste sistema no qual para um ganhar o outro tem que perder, em que o profissional precisa ser cada vez melhor para conquistar seu espaço e também se manter no mercado de trabalho.

Segundo Oliveira (2004, p.123) “Aqueles que não estudam têm poucas chances de obter e manter, no mercado de trabalho, uma ocupação profissional que lhes dê satisfação e remuneração condigna”. Compartilhando do pensamento de Oliveira (2004) Giordano (2000, p. 46) dirá que: “O trabalho pode ser entendido como uma atividade cujo produto é um objeto exterior e, neste, o homem produz os objetos necessários a si mesmo e a sua sobrevivência”.

Colaborando com nossas análises citamos mais uma vez o estudo realizado por Melo e Borges (2007, p. 389) que aponta que para os jovens tem sido cada vez mais difícil ingressar no mercado de trabalho no final da faculdade em suas áreas de formação, os autores ainda contextualizam que:

As avaliações positivas revelam uma tentativa do jovem de acompanhar as demandas do mercado a partir da elaboração de projetos de carreira voltados para o trabalho autônomo, o que implicaria a prestação de serviços



terceirizados ou a necessidade de elaborar um plano para a implantação de seu próprio empreendimento, caso tenha ajuda financeira da família; estar preocupado em formar e manter uma rede de relacionamento e utilização de tecnologias de informação (internet), além de outras estratégias que favoreçam o surgimento de oportunidades de trabalho. Esses aspectos das avaliações positivas revelam também uma mudança na juventude no sentido de diminuição da expectativa por um emprego.

A terceira subcategoria fala sobre a **capacitação profissional**. Os entrevistados mencionaram estar se capacitando, tendo em vista que o PRODES-PK possibilita que os estudantes após faculdade venham cursar pós-graduações tanto Lato Senso quanto Stricto Senso.

Ainda não, mas estou cursando o mestrado que a prefeitura paga, não é o que eu gostaria de fazer, mas é o único que tenho condições de arcar com os gastos de passagem, alimentação, roupas, as despesas de xeros, você sabe como é difícil (EGRESSO 11).

Melo e Borges (2007) analisam a transição da universidade e mercado de trabalho, afirmando que a capacitação se trata de um processo primordial após a faculdade. Nesse sentido, observa-se que os egressos que terminaram suas graduações e hoje encontram-se inseridos no mercado de trabalho buscaram e tem buscado ampliar seus conhecimentos como nos mostram algumas da narrativas:

[...]. Consegui bolsa pelo PRODES-PK, me formei em 2013, terminei a faculdade comecei a atender no consultório particular e depois consegui um emprego em uma clínica de dependência química. Que logo em seguida tive que sair pois consegui uma bolsa de estudos pela FAPES, que é a Fundação de amparo e pesquisa do Espírito Santo para fazer mestrado. Após o mestrado comecei a dar aulas em outras faculdades por um período e hoje continuo seguindo com consultório, ministrando aulas em cursos de pós-graduação, e também sou funcionário público em outro município. (EGRESSO 1).

Sou formado em Administração de Empresas pela São Camilo, fui bolsista do PRODES-PK, não teria condições de pagar minha faculdade. Durante a faculdade consegui um emprego como estagiário e estou até hoje nessa empresa. Através dela fui me especializando, hoje sou chefe do meu departamento. Sou muito realizado trabalho em uma empresa multinacional reconhecida em todo Brasil (EGRESSO 2).

[...]. Quando eu me formei ele me incentivou aproveitar as oportunidades e logo fazer uma pós-graduação eu fiz isso. Consegui passar em um processo seletivo do IASES e estou a 3 anos trabalhando lá. Agora tomar coragem e fazer um mestrado, já que a prefeitura paga (EGRESSO 21).

Recordando que os egressos alegaram ser de famílias com poucos recursos financeiros, estes que se encontram atuando no mercado de trabalho romperam com ciclo, a visão de que a prefeitura municipal se constitui como a única opção de iniciarem suas carreiras profissionais. Esclarecendo que não estamos aqui para vitimizar ou culpabilizar estes egressos, muitos menos trabalhar com teorias

baseadas no mito da meritocracia. Mas de apontar os outros horizontes nos quais estes egressos vislumbraram e foram atrás de outras possibilidades, segundo Hernandez (2016) isto refere-se aos modos de subjetivação, modos de se inventar outras formas de ser e estar no mundo do que aquelas instituídas.

A quarta subcategoria fala sobre o **desenvolvimento profissional**. Vale ressaltar também que alguns egressos que entraram no mercado de trabalho também puderam abrir campo para outros profissionais ao iniciarem seus empreendimentos privados, podendo deste modo empregar outras pessoas, como nos mostra as narrativas a seguir:

Nasci em Presidente Kennedy, estudei em escola pública, sempre gostei muito de química, o curso de Biomedicina era novo em Cachoeiro e resolvi fazer. Hoje tenho meu próprio laboratório e posso empregar outras pessoas e contribuir para o desenvolvimento do Município (EGRESSO 28).

Me formei em 2013, nunca tive condições de estudar meu salário não permitia pagar o curso de direito. Quando a prefeitura começou a dar bolsas de estudo abracei a oportunidade. Fiz minha graduação na FDCI, consegui um estágio em bom escritório em Cachoeiro de Itapemirim permaneci lá, durante toda graduação no último ano passei na prova da OAB. Atualmente tenho meu próprio escritório, sou empregador. Continuo buscando conhecimento, acho que isso sempre me fez um diferencial e continua fazendo (EGRESSO 3).

Também gostaríamos de destacar aqueles que apontaram o concurso público como uma possibilidade de trabalho no serviço público alcançado através de terem participado do PRODES-PK.

[...] Assim que terminei a faculdade passei no concurso público, atualmente estou fazendo meu mestrado e pretendo um dia seguir carreira acadêmica” (EGRESSO 8)

[...] Sempre fui apaixonada por livros, passava horas na biblioteca municipal, e comecei a querer ser jornalista gostava muito de escrever. Porém, comecei a me interessar mais pela literatura e escolhi fazer letras. No último período de faculdade passei no concurso do estado para professora (ENTREVISTA 18).

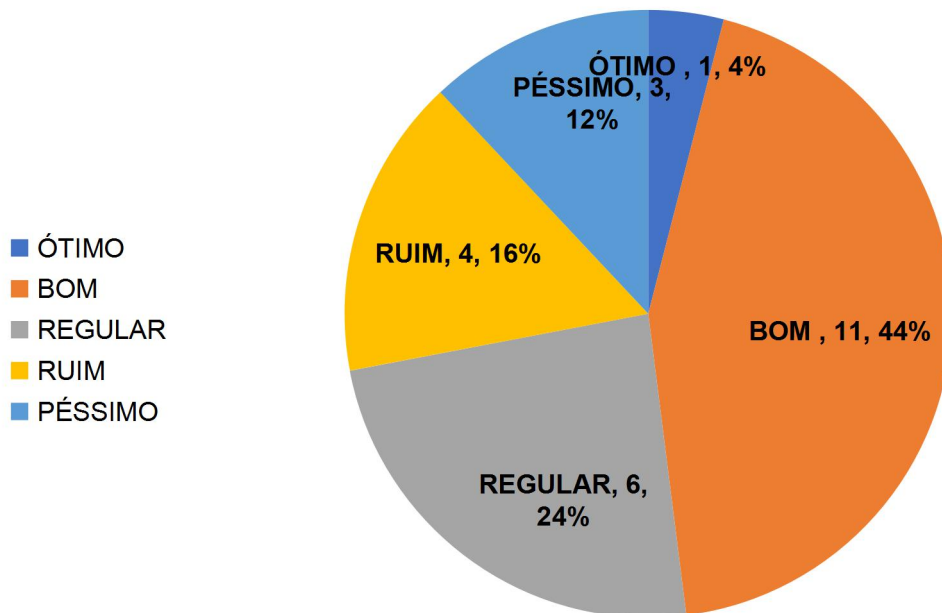
Para Sampaio, Limongi, Torres (2000), este seria um dos caminhos para diminuir os impactos das desigualdades sociais e da exclusão social. “[...] o nível de escolaridade (isto é, a quantidade de anos de estudo que um trabalhador contabiliza na sua vida) influencia diretamente sua remuneração e as suas oportunidades de emprego. (OLIVEIRA, 2004, p.12). Na esteira deste pensamento Santos et al. (2011, p. 290) reconhecem que: “Cada vez mais a universidade tem sido relacionada ao primeiro passo para o sucesso profissional. Os acontecimentos da universidade irão refletir sobre a profissão escolhida. “

Deste modo autores clássicos na treinamento e desenvolvimento de pessoal e da área de recursos humanos tais como Chiavenato (2002), Luz (2003), Borges-Andrade (2006), concordam que o profissional que busca se capacitar está sempre a um passo à frente dos mais, que se acomodam.

#### 4.2.3 Avaliação do PRODES-PK na concepção dos egressos

Entre os 25 egressos que participaram deste estudo 11 (44%) avaliaram o atendimento ofertado pela equipe técnica do PRODES-PK como bom, 6 (24%) egressos avaliaram como regular, 4 (16%) avaliaram como sendo ruim, outros 3 (12%) também avaliaram como péssimo o atendimento e apenas um (4%) avaliou como ótimo. Quando foi pedido para que fosse feito uma justificativa para avaliação os egressos que avaliaram como ótimo e bom foram unânimes na fala ao afirmarem que foram bem tratados e tiveram suas dúvidas esclarecidas.

Gráfico 7- Avaliação da Equipe Técnica do PRODES-PK



Fonte: Elaboração Própria

A primeira subcategoria aborda **atendimento oferecido pela equipe técnica do PRODES-PK na avaliação**. Os egressos que avaliaram como regular, ruim e péssimo disseram alegando terem sido maltratados, e não terem suas dúvidas esclarecidas, algumas narrativas expressam isso:

Quando eu estive lá cada uma dá uma explicação diferente um dia levei um documento, disseram que não era aquele, depois eu voltei no outro dia disseram que eu tinha que protocolar, na outra semana me ligaram pedindo

o documento que eu levei da primeira vez e disseram que não era, acho que precisa se organizar (EGRESSO 4).

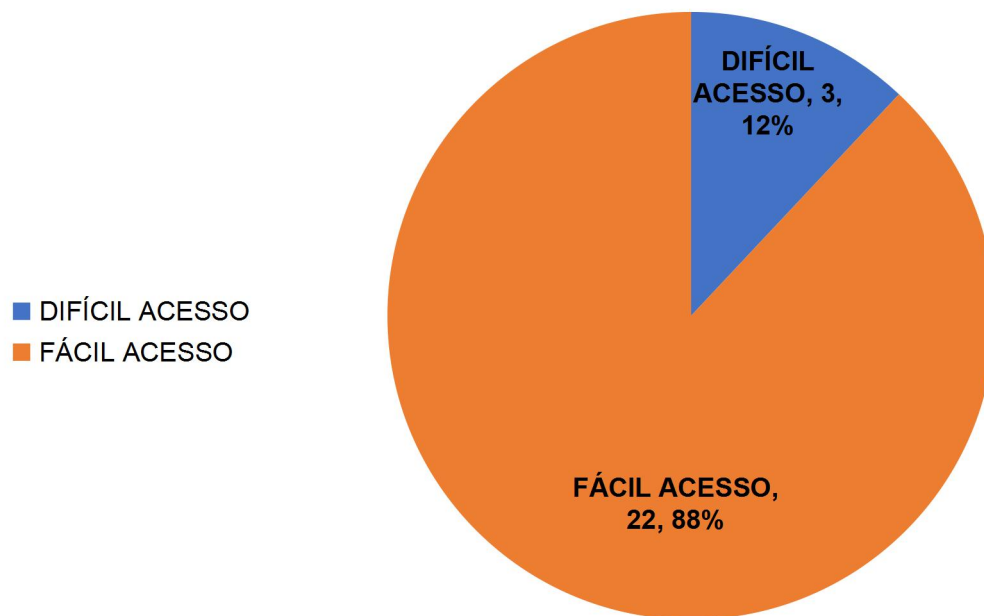
Acho que falta educação, uma secretaria de educação que os profissionais não sabem nem sequer falar direito, aquelas mulheres falam com você já gritando. Você pede uma informação elas não sabem oferecer, uma pergunta para outra e você tem que ir quase a semana inteira para resolver algo simples (EGRESSO 5)

Diante do exposto observa-se que as principais críticas são referentes ao atendimento, clareza nas informações, organização do trabalho segundo as narrativas expostas pelos egressos entrevistados. Entretanto, cumpre ressaltar que outros egressos entrevistados não se queixaram do atendimento. Cumpre ressaltar que, conforme a legislação do PRODES-PK que institui a equipe técnica do orientar todos os estudantes inscritos. Cabral et. al (2018) menciona que existem muitas queixas referentes ao atendimento ofertado pelo serviço público, pois existem aqueles setores que se sentem sobrecarregados e funcionários efetivos devido a instabilidades profissional não demonstram preocupação em agradar ao público. Vale apenas destacar que a equipe do PRODES-PK é composta por servidores efetivos, deste modo o pensamento dos autores vai de encontro ao que foi expresso na fala desses egressos que aceitaram a participar do estudo.

Ainda segundo Cabral, et al. (2018) os funcionários públicos tendem a esquecer que estão ali ocupando um cargo para prestar serviço à população. No estudo das autoras esses profissionais com tais posturas ferem a ética profissional com tais atitudes. Tendo em vista que a maior parte dos setores públicos com programas sociais, atendem pessoas carentes as quais não sabem fazer distinção entre favores e direitos assegurados por lei.

A segunda subcategoria aborda **o acesso as bolsas de estudo**. Nesse sentido objetivando conhecer a visão dos egressos sobre como foi o acesso a este programa social desenvolvido pelo, foi questionado se os mesmos avaliavam o acesso as bolsas de estudos como fácil ou difícil, o gráfico a seguir mostra que:

Gráfico 1- Acesso ao PRODES-PK



Fonte: Elaboração Própria

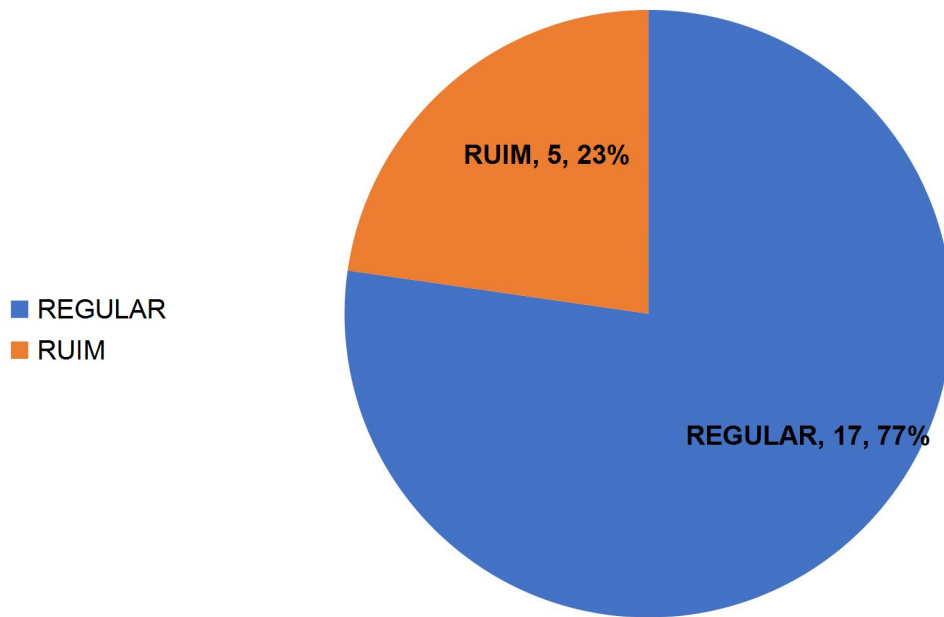
Os participantes alegaram que se os candidatos que preenchem os critérios para acesso das bolsas de estudo como consta na Lei não a dificuldades. Deste modo basta apresentar a documentação exigida na legislação. A dificuldade expressa refere-se ao número de documentos, destacando-se também a questão dos prazos para entregas do mesmos e falta de esclarecimento de informações como as narrativas apontam:

A dificuldade é nos documentos é muita ficha, nem sempre eles explicam direito [...] (EGRESSO 5).

É muito papel e você vai lá as vezes fica esperando um tempão (sic) para ser atendido ae quando vai protocolar não é requerimento certo (EGRESSO 13).

O PRODES-PK como todo programa social possui critérios de inserção como fora apresentado inicialmente também foi pedido aos egressos para avaliassem os critérios de acesso as bolsas de estudos oferecidas pelo PRODES-PK, como: ótimo, bom, regular, ruim, péssimo. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8- Avaliação do Acesso às Bolsas



Fonte: Elaboração Própria

A terceira subcategoria fala sobre as **mudanças que os egressos realizariam nos PRODES-PK**. Os egressos foram questionados sobre quais mudanças eles fariam no PRODES, todos sinalizaram que modificariam os critérios de acesso as bolsas de estudos, de maneira que estes pudessem ser mais restritos os próprios cidadãos. Como Nos mostram as narrativas a seguir:

Eu penso que os critérios deveriam ser mais rigorosos, existem pessoas que nunca pisaram aqui que morram em outro município e possuem bolsas de estudo pelo PRODES-PK. Eu conheço várias, então eu penso que a um jogo político para favorecer pessoas que não precisam. Outra questão tem pessoas ricas que possuem bolsas de estudo, penso que seja um mau uso do recurso público (EGRESSO 2)

“Acho que fiscalização deveria ser mais rigorosa muitas pessoas tem acesso a bolsa quando não tem condições, sequer são do município” (EGRESSO 7)

“As bolsas deveriam oferecidas aos alunos que cursaram o ensino fundamental e médio no município” (EGRESSO 8)

“Penso que deviam rever os critérios de inserção, as pessoas deveriam morar no mínimo a 20 anos no município ser cidadão Kennedense o pessoal de fora vem e tira oportunidade de emprego e leva também as bolsas de estudo” (EGRESSO 9).

Nesse sentido, é possível compreender alguns posicionamentos dos egressos, como toda política pública o PRODES-PK vem se aprimorando. Com isso visando cumprir com seu papel que seria oportunizar aos munícipes ingressar em cursos

técnicos ou de nível superior. Na visão dos egressos que aceitaram participar deste estudo, as contribuições que o PRODES-PK trouxe para o município consistem na igualdade social e qualificar a população para possível construção de um Porto Central na Praia de Marobá, com isso preparando a população para atender as demandas de trabalho como expressam algumas narrativas que compõe a escrita desta pesquisa.

O PRODES-PK na minha visão é um dos melhores investimentos feitos no município com o recurso do dinheiro dos roites de petróleo, pelo menos oferece aos cidadãos uma oportunidade de emancipação política de construir uma carreira profissional, para alcançar outros horizontes (EGRESSO 1)

Nesse sentido a narrativa aponta para necessidade de se pensar em alternativas que possam possibilitar a estes jovens a inserção no mercado de trabalho dentro do município. Esse apontamento é feito em outras falas, pois os egressos ao entrarem na faculdade almejam um emprego no futuro:

“Trouxe muitas oportunidades de estudar para todos aqueles que como eu não tinham” (EGRESSO 11).

Hoje sou professora vejo o programa de bolsas de estudos, contribui para motivar os estudantes, diferente da realidade de outros municípios, e até mesmo do país, onde podemos presenciar um sucateamento das políticas públicas de educação (EGRESSO 18).

Eu trabalho com o público em situação de vulnerabilidade muitos desses adolescentes institucionalizados não terão as mesmas oportunidades de ingressar em um curso técnico ou superior como a população kennedense, como eu não tive quando era mais novo, minha perspectiva era ter um emprego de carteira assinada, casar e ter filhos, nunca pensei ter uma faculdade (EGRESSO 21).

Observa-se nas narrativas que os egressos compreendem que o acesso a bolsa de estudo seja para cursos técnicos ou de nível superior, as especializações são a maior contribuição para o município.

O PRODES permite que os jovens possam escolher ter uma profissão, a maior contribuição é a oportunidade de ingressar na faculdade, ter conhecimento, esse é um benefício que nenhum político pode tirar, o conhecimento essa é nossa arma de enfrentamento e resistência (EGRESSO 22).

Algumas falas referem-se à emancipação política, que segundo os depoimentos seria não depender do poder público, ou seja, da prefeitura municipal para

sobreviver financeiramente. De maneira, que permite que muitos desses estudantes venham a contribuir para o desenvolvimento econômico do município.

Existe uma necessidade da sociedade brasileira em prol de uma concordância no que se refere a implementação de políticas públicas direcionadas a juventude, A realidade dos jovens que terminam suas graduações e possuem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho é uma problemática a nível de Brasil. Reitere-se as nossas análises o pensamento de Gentili e Helmer (2017, p. 116), as autoras reconhecem que:

As mudanças recentes no perfil da classe trabalhadora, em seus vários segmentos, vêm dificultando suas formas de defesa e proteção coletiva. No contexto dessas mudanças, emerge como elemento de gravidade a violência contra jovens, cujas determinações precisam ser identificadas em relação às particularidades da sociedade brasileira, à mundialização do capital e aos nexos das estratégias neoliberais e conservadoras, que se integram política e ideologicamente na produção da vida social atual.

Os efeitos da globalização consistem na escassez de oportunidades no mercado de trabalho. Contudo estes determinantes sociais apontam que os jovens que almejam romper com este ciclo precisam buscar as oportunidades o acesso as bolsas de estudo são o ponto de partida.

#### 4.3 BLOG PARA A CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS E BOLSISTAS

Com o avanço tecnológico na rede de educação brasileira, foi identificado a necessidade de aproximação entre estudantes, profissionais de pedagogia e demais profissionais entusiastas do assunto, deste modo, desenvolver uma página da web com uma característica atual permitirá que o assunto seja amplamente discutido.

Assim, o chamado “blog” que se desenvolveu em pleno revolução tecnológica do Século XX, possibilitou a todos a oportunidade de criar um espaço de acesso coletivo, onde poderiam não apenas expor uma temática, mas também focalizar em disciplinas específicas, oportunizando um local de troca pelos comentários daqueles que leram o texto, assim alcançando uma dimensão transdisciplinar (GOMES, 2005).

Afinal, o que seria o chamado “blog”? Esta terminologia de maneira geral pode ser designado como uma página da internet, está por sua vez é atualizada pelo criador o chamado “usuário”, ele irá ser responsável pelos “posts” postagens, que podem ser textos, imagens, sites, opiniões, até mesmo pensamentos pessoais, e o formato do blog é apresentado de maneira cronológica, sendo a última postagem a



aparecer primeiro ao visitante da página. As primeiras criações de blogs foram realizadas por pessoa com conhecimento em informática, pois ainda não haviam sites de criação automática. Assim, sua definição atualmente possui uma grande diversidade, pois existe formas, objetos e contextos de criação, que propõe ao criador também possuir uma natureza distinta (GOMES, 2005).

Com milhares de blogs na internet e toda a diversidade de temas, dos específicos aos gerais que podem englobar política, ciências, aprendizagem, etc; dá a oportunidade de seu criador de desenvolver algo totalmente novo, que pode até mesmo alcançar proporções globais, expondo sua própria ideia. Entretanto, o blog ainda permite que limite quem irá acessar o conteúdo, até mesmo ampliar o blog para uma página real da internet, com a compra de um domínio próprio (GOMES, 2005).

Em muitos sistemas (nomeadamente o [blogspot.com](http://blogspot.com), um dos mais utilizados), o autor de um blog pode determinar que leitores/utilizadores podem intervir no seu blog, nomeadamente em termos de colocação ou eliminação de mensagens ou comentários apesar de não poder evitar a leitura das mensagens que ele próprio colocou. A existência de um sistema de inclusão de “comentários” permite aos visitantes de um blog pronunciarem-se sobre o conteúdo das mensagens lá colocadas tornando o blog uma ferramenta de comunicação via web, ultrapassando a dimensão da simples publicação (GOMES, 2005, p. 312).

Com o desenvolvimento de páginas mais completas na internet, o blog tornou-se gratuito e com uma criação automática, onde bastava o acesso fácil, escolher uma temática e daquele momento em diante, apenas direcionar o conteúdo a escrita. Em permanente construção o blog vem alcançando a imaginação dos internautas e despertando à atenção de profissionais da educação, pois sua potencialidade pedagógica propõe um campo diversificado de opções, sendo um espaço de acesso especializado, para informações e trocas, que utilizado com estratégia, poderá assumir a forma de portfólio digital, debate e integração (GOMES, 2005).

Ao participar de um blog que alcance determinada audiência dará estímulo para a reflexão de produções escritas, onde através da orientação pedagógica irá aproximar a comunidade e a escola, como também o público geral, abrindo a oportunidade para o envolvimento e colaboração de demais pessoas da comunidade. Assim, permitindo uma autoria coletiva e múltipla, o blog poderá constituir com um espaço de comunicação que poderá alcançar o status de informação, pois este sendo amplamente desenvolvido em institutos educacionais, alcançara um resultado

em diversas competências pelos alunos, que terão acesso a produção e criação de textos, ferramentas da web, diversificando os contextos não apenas escolares, mas pessoais de cada sujeito da comunidade (GOMES, 2005).

Como maneira de interligar a rede de conhecimento entre profissionais da pedagogia, estudantes, e pessoas ligadas ao campo de estudo, o blog criado visa como objetivo específico desenvolver textos alternativos que venham trazer contribuições ao campo de maneira prática e com um conteúdo científico, para que novos pedagogos e profissionais possam conhecer e se familiarizar com temáticas, como a do abuso sexual desenvolvida neste estudo.

Dessa maneira, também serão disponibilizados materiais adaptativos, possibilitando a reinvenção no trabalho com essas crianças e adolescentes que se encontram nessa situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o seu desenvolvimento.

O Blog possui como objetivo específico dessa dissertação contribuir como espaço materiais de consulta, adaptações para demais profissionais da área, uma alternativa de aproximação e conexão da rede de egressos no campo da educação, tal como possibilitar para esses novos profissionais a oportunidade de escrever há este blog, contribuindo com as dúvidas, perspectivas e possibilidades que este encontre em seu percurso educacional. Assim, a construção do blog foi realizada no aplicativo da Google, chamado Blogger possibilitando fácil acesso a todos, e o domínio selecionado é “superiorpk.blogspot.com”, que já se encontra em funcionamento e com textos disponíveis para consulta. Para facilitar o acesso, também é disponibilizado a versão mobile, pois o acesso pelo celular torna dinâmico o processo de aprendizagem e consulta.

The screenshot shows a mobile browser interface. At the top, the address bar displays 'superiorpk.blogspot.com'. Below the address bar is a navigation bar with a home icon, a lock icon, and a menu icon. The main content area features a large title 'DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR' in bold, black, uppercase letters. Below the title is a paragraph of text: 'Este blog foi criado na intenção de Analisar as políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior implementadas Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) e seus impactos na trajetória de egressos do programa.' Below this text is a dark navigation bar with the text 'Página inicial' and a dropdown arrow. The date 'segunda-feira, 13 de abril de 2020' is displayed below the navigation bar. The first article preview has the title 'Dados sobre o ensino de nível superior no Brasil' and a blue arrow icon. It includes the logo of the Instituto Nacional Anízio Teixeira (Inep) and the text: 'De acordo com o Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional Anízio Teixeira (Inep), o órgão de maior reconheci...'. The second article preview has the title 'Avaliação das políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior' and a blue arrow icon. It includes a small image of a person and the text: 'Uma pequena introdução.... A educação possui um grande significado na vida do ser humano, através deste dispositivo é possível tran...'. At the bottom of the browser interface, there is a back arrow and a home button.

Fonte: Elaborada pela autora

## Avaliação das políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior

### Uma pequena introdução....

A educação possui um grande significado na vida do ser humano, através deste dispositivo é possível transformar realidades sociais e subjetivas (HERNANDES, GOMES, RAINHA 2018). A sociedade contemporânea, regida pelo excludente modelo de produção capitalista, caracterizada pela globalização tanto pelo período técnico-científico quanto pelo informacional. A educação de nível superior surge como um produto rentável, com isso marcada pelas questões de classe social (MOROSINI; CORTE, 2018).

A se problematizar o acesso ao sistema de ensino superior, não há como passar despercebido pelo debate de sociedade e democracia, cujo ambos nos levam a refletir sobre os impactos da globalização. No que tange a universidade, Sobrinho (2005, p. 164) afirma que essa instituição não se encontra apartada, porém encontra-se "[...] dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interações. Nada em nosso tempo pode ser pensado sem que sejam levadas em conta as características atuais da globalização."

O ingresso no ensino superior ainda é compreendido como uma passagem, um caminho para trilhar uma carreira de sucesso. Embora, as configurações sociais tenham mudado e outros desenhos e demandas tenham surgido frente modelo de produção capitalista. O ensino superior ainda ocupa seu lugar privilegiado dentro do mercado de trabalho, outrora era um privilégio apenas das classes dominantes, atualmente uma exigência cada vez mais presente no mundo globalizado (GOMES, et al, 2018).

Deste modo, observa-se que o mito da meritocracia se faz presente nas políticas de acesso ao ensino superior, ao de dizer que um estudante não conseguiu ingressar na universidade porque não teve capacidade para isso, estamos negando múltiplos processos psicossociais, mas uma vez não enxergando iceberg das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade, onde há muito mais submerso perto do que se pode ver (RAINHA, GOMES, HERNANDES, 2018). "Assiste-se, assim, a persistência das profundas e históricas desigualdades sociais, políticas e econômicas que acabam por influir na dinâmica das relações de classe que se mantêm na história brasileira" (HERNANDES, 2017, p. 02).

Na esteira deste pensamento Sobrinho (2005, p. 145), assinala que a globalização é um fenômeno que tem atravessado todas as esferas da vida humana, das relações, dos afetos, as subjetividades, trabalho e educação, para o autor:

A globalização invade todos os cantos do mundo, seja as micro dimensões do cotidiano ou as grandes manifestações cada vez mais multiculturais das sociedades, influencia as novas configurações societárias, altera as velhas noções de espaço e tempo na comunicação, expande as estruturas de informação, potencializa a mobilidade, imprime novos perfis no mundo do trabalho, impulsiona o acúmulo exponencial dos conhecimentos, gera mudanças nos campos das ciências e das tecnologias, produz o declínio das certezas, aumenta a complexidade nas relações humanas e na vida em geral.



Fonte: Elaborada pela autora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito constitucional. Ao longo dos anos vem passando por continuas transformações, sobretudo no que se refere a educação de nível superior. Muitos programas e iniciativas governamentais vieram para possibilitar o acesso dos jovens ao ensino superior. Cumpre ressaltar, porém que a educação de nível superior no Brasil por muito tempo era voltada apenas às elites, ainda que os institutos federais estivessem abertos a todos. Os alunos que tiveram acesso ao ensino particular, possuíam maiores vantagens em relação aqueles que frequentaram escolas da rede pública.

Nesse sentido, programas federais começaram a serem desenvolvidos em âmbito nacional. Estes almejavam contribuir para o acesso as instituições de nível superior privadas seja por meio de financiamentos ou então concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais. Tais como, Programa Crédito Educativo (CREDUC) em 1992, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em 1999, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, porém limitado na redistribuição de oportunidade.

Conforme foi abordado na literatura estudada programas que visam a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade promovem oportunidades de estes alcançarem determinados espaços que eram de privilegia da classe dominante, tais ações configuram-se como uma afronta ao sistema, pois visa romper com um ideal de predestinação de classes sociais. Os autores, afirmam que não é interesse da classe dominante igualar às oportunidades ou permitir que jovens pobres tenham acesso à educação este dispositivo capaz de promover transformações sociais.

Portanto, apesar de todo o debate que envolve as questões das cotas, não há como negar que essas se configuram como ações afirmativas que visam diminuir os impactos das desigualdades sociais, e garantir oportunidades de acesso ao ensino superior aos jovens dos segmentos mais vulneráveis.

Observa-se que o PRODES-PK teve um impacto sobre a vida dos egressos. Este impacto reverberou tanto nas questões financeiras, assim como subjetivas.

Todos os egressos mencionaram ser de famílias carentes, as quais não possuíam condições financeiras de arcar com o curso superior. Consequentemente era limitava o acesso a cursar uma graduação em uma faculdade privada. Com isso sujeitavam-se as primeiras oportunidades escassas de trabalho ao terminarem o ensino médio buscando contribuir com o sustento da família.

Entre os egressos a afirmativas daqueles cuja as famílias deixaram de fazer parte dos serviços sócio assistências, saindo da zona de risco social, como consta na tipificação das políticas nacional de assistência social. Houve também depoimentos de cada própria. Deste modo, houve aqueles egressos que puderam desenvolver seu próprio negócio, promovendo o desenvolvimento local, quebrando o ciclo cultural no qual a maioria da população trabalha na prefeitura municipal de Presidente Kennedy.

Entre os egressos 12 narraram que não houve nenhuma mudança em suas famílias, observa-se estes estão incluídos nas pessoas que não conseguiram atuar na sua área formação, o que nos leva a pensar que os 11 dos que mencionaram terem mudanças nas questões financeiras mediante o exercício de sua profissão. Entre os outros 2 egressos estes também não atuam na área de formação embora este mesmo tenha relatado que conseguiu um emprego devido sua graduação apesar de não ser na área de formação. O outro egresso disse que durante a faculdade a família teve que se adaptar à nova rotina. Deste modo, a entrada de um membro da família na faculdade pode alterar toda a rotina como aborda a autora. Contudo, as mudanças são um processo subjetivo, que pode reverberar em cada ambiente de uma maneira diferente.

Cumpré ressaltar que, a maior parte dos egressos que aceitaram participar deste estudo para começarem a trabalhar em suas áreas de formação, necessitaram sair do município para isto. Percebe-se também que estes deram e estão dando continuidade aos seus estudos, por incentivo do PRODES-PK que oferta bolsas de estudo de pós-graduação e mestrado aos munícipes.

Contudo, os egressos que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho não tiveram mudanças financeiras. Este dispositivo de análise serve para apontar a necessidade de o município começar a desenvolver projetos e políticas de desenvolvimento local que promovam a geração de emprego e renda para os munícipes recém-formados.

Contudo percebe-se que ao longo dos anos o PRODES-PK vem passando modificações no que se refere aos critérios que garantem o acesso as bolsas de estudo. Tais como tempo de moradia no município, e médias nas notas que vem ser mantidas, assim como a frequência, o aluno que não cumprir estes requisitos pode ter sua bolsa cancelada, tendo que ressarcir o município. Os egressos também precisam participar do serviço de orientação profissional, a medida foi adotada para evitar a evasão de estudantes que ingressam em cursos sem saber o que vão estar estudando, ou se quer qual é a função daquela área.

Percebe-se que houve muitos apontamentos negativos, no atendimento oferecido pela equipe técnica do PRODES-PK. Entre este destaca-se o atendimento ao público, assim como falta de conhecimento da legislação. Por outro lado, houve uma parte dos egressos que afirmaram terem sido bem tratados tendo suas dúvidas atendidas.

Retomando as críticas em relação ao PRODES-PK consistem na falta de empregabilidade no município, no que tange ao desenvolvimento local, pois a maior parte dos egressos que iniciaram suas carreiras profissionais na área de formação tiveram que se ausentar do município para conseguir se inserir no mercado de trabalho, que se mostra cada vez mais exigente, com poucas oportunidades, sobretudo para os jovens que saem da faculdade e anseiam por uma oportunidade de pôr em prática o conhecimento adquirido e ter melhores condições financeiras, como foi expresso pelos egressos deste estudo.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. et al. (org.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. Mirra. **Educação superior: políticas públicas para inclusão social**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

BARROS, A. S. X. **Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015,

BARROS, H.H.D. **Financiamento estudantil: estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF, set. 2003. 6p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES-ANDRADE, J.E. et al. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1 de dezembro de 2016. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em: 1 outubro. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.202**, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

BRASIL. Lei nº 13.366, de 1 de dezembro de 2016. Altera as Leis nos 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1 de dezembro de 2016. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2016/Lei/L13366.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2016/Lei/L13366.htm)>. Acesso em: 1 outubro. 2019.



BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: Acesso em: 02 ago. 2019.

Brasil (2013). Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília, DF.: Secretaria Nacional de Assistência Social. [ [Links](#) ]

BRASIL. Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, 7 de dezembro de 2017b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm)>. Acesso em: 1 outubro . 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Prestação de contas: relatório de auditoria anual de contas**, 07 de julho de 2016. [S.I.]: MEC, 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=242&Itemid=525](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242&Itemid=525)>. Acesso em: 1 outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Processo de Contas Fies: relatório de gestão do FIES exercício 2017**. [S.I.]: MEC, 2017a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14949&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14949&option=com_content&view=article)>. Acesso em 1 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Representações gráficas: dados e estatísticas de bolsas ofertadas por ano**. PROUNI, [s.l.], 27 jul. 2016b. Disponível em: <[http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147](http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147)>. Acesso em: 1 outubro de 2019.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 10 outubro. 2019

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAVALCANTE FILHO; João Trindade. **Limites da Iniciativa Parlamentar sobre Políticas Públicas: uma proposta de reeleitura do art. 61, § 1º, II da Constituição Federal**. Brasília: Senado, 2013.

COSTA, Danielle Dias; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. **O PROUNI na Educação Superior brasileira: indicadores de acesso e permanência**. Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CRUZ, S. T. M. ; ROSA, E. M. ; COUTINHO, Sabine Mantuan dos Santos . **Representações sociais de universitários sobre jovens e juventude**. PSICOLOGIA E SABER SOCIAL , v. 5, p. 169-186, 2016.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DESLANDES, S. F. **Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde**. Cadernos de Saúde Pública, [s.l.], v. 13, n. 1, p.103-107, jan. 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13n1/0228.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (org.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GENTILLI, R. M. L.; HELMER, F. P. **Violência e Condições de Vida de Jovens**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 1, p. 115 - 127, jan./jul. 2017.

GENTILLI, R. M. L. **Transformações societárias recentes e as raízes da violência atual. Investigação sobre violência e sociabilidade desafios transdisciplinares**. In: GENTILLI, R. M.L; COELHO, M. C. R. (Orgs). *Investigações sobre violência e sociabilidade: desafios transdisciplinares*. São Paulo: Veras, 2015, p. 111-142.

GIORDANO, BlancheWarzée. **(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.1995.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1994.

GOMES, João Maria. **Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica**. VII **Simpósio Internacional de Informática Educativa**. Portugal, p. 311- 315. 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4499/1/Blogs-final.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

HERINGER, R. R. Estratégias de descentralização e políticas públicas. In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Elaine Cavalcante. **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrac Editora e Gráfica, 2002. p. 75-82.

HERNANDES, L. F. **Internação Compulsória e a vida em cena**. [Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local]. Vitória: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, 2016.

HERNANDES, L. F. **Medidas sócioeducativas e modos de subjetivação**. Relatório de Pesquisa. Mataízes. 2017.

HERNANDES, L. F.; HELMER, F. P.; GARCIA, E. M. N.; SILVA, J.; GENTILLI, R. M. L. Internação compulsória e o tratamento para dependentes químicos. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2017, SÃO LUÍS. 1917-2017 UM SÉCULO DE REFORMA E REVOLUÇÃO. São Luís-MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas UFMA, 2017. v. 1. p. 1-10.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — **INEP**. **Censo da educação superior: 2018** — resumo técnico. Brasília, DF; INEP. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculadas/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculadas/21206)>. Acesso em: 29 out. 2019.

JACCOUD, L.; BEGINB, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002.

JENSCHKE, B. (2002). Educação profissional em escolas em uma perspectiva internacional. In: R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), **Orientação vocacional ocupacional. Novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa**. (pp. 2331). Porto Alegre: Artmed.

LUZ, R.S. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MANSUR, T. S. **Problematizando a noção de “vítima” de violência**. Dissertação de Mestrado do Programa de Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, 2012.

MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: Bader Sawaia, B. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENEZES, Edmilson. Kant e a Idéia de Educação das Luzes. In: **Educação e Filosofia**, vol. 14, nº 27, 2000. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewArticle/737](http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewArticle/737)>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

MILANEZ, G. G. T. **Trajetórias Pós- PROUNI: Um estudo sobre egressos do Programa Universidade para Todos**. São Paulo. 2016.

MOROSINI, M. C. CORTE, M. G. D. **Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil**. DOI | 10.21680/1981-1802.2018v56n47ID14000.

MOROSINI, M. C. **Qualidade da educação superior e contextos emergentes. Avaliação**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em: [scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf](http://scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf) >. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, Marco Antonio. **O Novo Mercado de Trabalho: Guia Para Iniciantes e Sobreviventes**. São Paulo: SENAC, 2000.

OLIVEIRA, Marco Antonio Garcia. **O novo mercado de trabalho. Guia para iniciantes e sobreviventes**. Rio de Janeiro, editora Senac Rio. 2 ed. 2004.

POLENZ, Tamara. **Educação e Contemporaneidade: Mudança de Paradigma na Ação Formadora da Universidade**. Canoas: Ulbra, 2002.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; MOGNON, Jocemara Ferreira ; LIMA, Thatiana Helena de ; CUNHA, Neide Brito . **A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários**. Psicologia Escolar e Educacional (Impresso), v. 15, p. 283-290, 2011

SAMPAIO, H; LIMONGI, F.; TORRES, H. **Eqüidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: [http:// www.publicacoes.inep.gov.br/](http://www.publicacoes.inep.gov.br/). Acesso em: 01 jul.2005.

SILVA, Sérgio Tadeu Hirota. **Futuros Administradores no Mercado de Trabalho do Vale do Ribeira**. 2002. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, Registro, 2002.

SILVA, Lauraci Dondé (org.). POLENZ, Tamara. **Educação e Contemporaneidade: Mudança de Paradigma na Ação Formadora da Universidade**. Canoas: Ulbra, 2002.

SOUZA, M. N. ; COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos . **'Estudar para ser alguém na vida?' A perspectiva de adolecentes institucionalizados sobre a educação formal**. PSICOLOGIA EM FOCO (ARACAJU) , v. 7, p. 1-25, 2017

TOSCHI, Eny. O Espaço Intersubjetivo de Sala de Aula. In SILVA, Lauraci Dondé (org.). POLENZ, Tamara. **Educação e Contemporaneidade: Mudança de Paradigma na Ação Formadora da Universidade**. Canoas: Ulbra, 2002.

PEREIRA FILHO, E. S. **Perfil de jovens universitários bolsistas PROUNI: um estudo de caso na UNISINOS**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS): São Leopoldo, 2011. 113 p.

RISTOFF, D. I. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SOBRINHO, D. J. **Educação superior, globalização e democratização**. Qual universidade? Revista Brasileira de Educação. 2005.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes; MANCEBO, D. (Org.). **Universidade: políticas e avaliação docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SGUISSARDI, V. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro**. Campinas, Educ. & Soc., v. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out., 2006.

SIQUEIRA, Janes Fraga. **A realidade contraditória e de sobrevivência do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de porto alegre/rs/brasil**. <[http://www.rexe.cl/dwn/vol\\_esp\\_01\\_b\\_art\\_05.pdf](http://www.rexe.cl/dwn/vol_esp_01_b_art_05.pdf)>. Acesso em 01 de março de 2012.

SAMPAIO, Helena; CARDOSO, Ruth C.L. **Estudantes Universitários e o Trabalho**. Disponível em:<  
[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm)>. Acesso em 20 de março de 2012.

VOLPI, Marina Tazón. **A universidade e sua responsabilidade social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, Coleção Universitária, 4 ed. 1996.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016 homicídio por armas de fogo no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2016 Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf). Acesso em: 10 de jul. 2018.

**APÊNCIDE-A**

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Formação:

1. Onde reside atualmente?

2. Você seguiu carreira dentro da sua área de graduação?

3. Você poderia nos contar um pouco de sua trajetória até chegar à universidade?

4. Como você avalia o acesso o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy - PRODES/PK

Ótimo ( )

Bom ( )

Regular ( )

Ruim ( )

Péssimo ( )

5. Como você avalia os critérios para o acesso as bolsas de estudos oferecidas pelo PRODES/PK:

( ) Difícil acesso

( ) Fácil acesso

6. Em sua opinião quais as contribuições do PRODES para o Município de Presidente Kennedy?

7. Quais as mudanças que PRODES trouxe para sua vida?

8. O PRODES trouxe mudanças para a sua família? Quais?

9. Conte-nos um pouco da sua carreira profissional ?

## APÊNCIDE-B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA O PARTICIPANTE

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE O PRODES-PK E SEUS IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR DE NARRATIVAS DE EGRESSOS** . Os objetivos desses estudos serão: Avaliar as políticas educacionais de incentivo para educação de nível superior implementadas Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES-PK) e seus impactos na trajetória de egressos do programa. Como objetivos específicos: Discutir as políticas públicas de acesso ao ensino superior a nível de Brasil; descrever a trajetórias de egressos do PRODES-PK a partir de narrativas de egressos no programa; desenvolver um plano pedagógico no qual os alunos bolsistas possam contribuir para o desenvolvimento do município de Presidente Kennedy.

A coleta de dados se dará a partir da sua participação em entrevistas não padronizadas, cujo conteúdo será gravado em mp3 após a sua permissão, caso você não queira que a conversa seja gravada está será redigida pelo entrevistador. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados dessa pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador me certificou de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Assinatura do (a) participante.

---

Assinatura do mestrando pesquisador e telefone

**FABÍULA BARRETO CARVALHO**

**Telefone para contato (28) 9 9992-4619**



**APÊNCIDE-C**

ENTREVISTADOS	SEXO	IDADE	LOCAL QUE RESIDE ATUALMENTE	PROFISSÃO	Atua na área de formação
Egresso 1	Masculino	28	Presidente Kennedy	Psicologia	Sim
Egresso 2	Masculino	29	Presidente Kennedy	Administração de Empresas	Sim
Egresso 3	Masculino	31 anos	Presidente Kennedy	Direito	Sim
Egresso 4	Feminino	26	Presidente Kennedy	Direito	Sim
Egresso 5	Feminino	21	Presidente Kennedy	Educação Física (licenciatura)	Não
Egresso 6	Feminino	32	Presidente Kennedy	Pedagogia	Não
Egresso 7	Feminino	53	Presidente Kennedy	Serviço Social	Não
Egresso 8	Feminino	31	Presidente Kennedy	Enfermagem	Sim
Egresso 9	Masculino	32	Presidente Kennedy	Educação Física (licenciatura)	Não
Egresso10	Feminino	29	Presidente Kennedy	Biomedicina	Sim
Egresso 11	Feminino	26	Presidente	Nutricionista	Não

			kennedy		
Egresso12	Masculino	28	Presidente Kennedy	Enfermagem	Sim
Egresso13	Masculino	27	Presidente Kennedy	Engenharia civil	Não
Egresso 14	Feminino	27	Presidente kennedy	Engenharia Civil	Sim
Egresso 15	Masculino	28	Presidente Kennedy	Educação Física (Bacharel)	Não
Egresso16	Masculino	46	Presidente Kennedy	Licenciatura em História	Não
Egresso17	Feminino	28	Presidente Kennedy	Licenciatura em História	Não
Egresso18	Feminino	28	Presidente kennedy	Lingua Portugues	Sim
Egresso 19	Feminino	28	Presidente kennedy	Psicologia	Não
Egresso 20	Feminino	29	Presidente kennedy	Psicologia	Não
Egresso 21	Masculino	35	Presidente kennedy	Psicologia	Sim
Egresso 22	Feminino	28	Presidente kennedy	Psicologia	Sim
Egresso23	Masculino	28	Presidente kennedy	Biomedicina	Sim
Egresso 24	Feminino	41	Presidente	Farmacia	Sim

			kennedy		
Egresso 25	Feminino	29	Presidente kennedy	Pedagogia	Não

**APÊNDICE-D**

EGRESSOS	DIFÍCIL ACESSO	FÁCIL ACESSO
Egresso 1		X
Egresso 2		X
Egresso 3	X	
Egresso 4		X
Egresso 5		X
Egresso 6		X
Egresso 7		X
Egresso 8		X
Egresso 9		X
Egresso10		X
Egresso 11		X
Egresso12		X
Egresso13		X
Egresso 14		X
Egresso 15		X
Egresso16		X
Egresso17	X	
Egresso18	X	
Egresso 19		X
Egresso 20		X

Egresso 21		X
Egresso 22		X
Egresso23		X
Egresso 24		X
Egresso 25		X

**APÊNDICE-E**

EGRESSOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
Egresso 1		X			
Egresso 2			X		
Egresso 3			X		
Egresso 4			X		
Egresso 5				X	
Egresso 6		X			
Egresso 7		X			
Egresso 8		X			
Egresso 9					X
Egresso10				X	
Egresso 11		X			
Egresso12		X			
Egresso13	X				
Egresso 14		X			
Egresso 15		X			
Egresso16				X	
Egresso17		X			
Egresso18			X		X
Egresso 19			X		
Egresso 20		X			
Egresso 21					X

Egresso 22					X
Egresso23				X	
Egresso 24			X		
Egresso 25		X			

**APÊNDICE-F**

EGRESSOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
Egresso 1			X		
Egresso 2			X		
Egresso 3			X		
Egresso 4			X		
Egresso 5			X		
Egresso 6					
Egresso 7				X	
Egresso 8				X	
Egresso 9				X	
Egresso10				X	
Egresso 11			X		
Egresso12			X		
Egresso13			X		
Egresso 14			X		
Egresso 15			X		
Egresso16			X		
Egresso17			X		
Egresso18			X		
Egresso 19			X		
Egresso 20				X	
Egresso 21			X		



Egresso 22					
Egresso23					
Egresso 24			X		
Egresso 25			X		

